



ATA N.º 10/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----

Presidente: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Vereadores: José Manuel da Silva Santos (PS)

Marina Sofia Birrento Saraiva (PS)

Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU)

Joaquim José Lopes Batista Correia (CDU)

João Manuel Pereira Afonso (PSD)

Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)

Às vinte horas com a presença da Assistente Técnica, Patrícia Alexandra da Silva Tomé, a Senhora Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Faltou ao início da reunião o Senhor Vereador Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU). Na devida altura dar-se-á conta da entrada do Senhor Vereador na sala de reuniões. -----

Assim e constatada a existência de quórum a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, cumprimentou todos os presentes na sala e aqueles que acompanhavam a sessão através das diversas plataformas e declarou aberto o período de -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu: “Naturalmente, daquilo que é de se esperar, trago aqui um rescaldo daquilo que foi a situação de segunda-feira, dia vinte oito, relacionada com o apagão. Gostaria de partilhar algumas considerações que me parecem relevantes. Parece-me relevante dizer que o que aconteceu em Portugal, na Península Ibérica, é provavelmente uma consequência de anos e anos de algumas decisões menos corretas, nomeações de pessoas pouco indicadas para cargos, de um desmantelamento de funções técnicas nas empresas, de um conjunto de gestão menos adequada. E eu aqui faço minhas as palavras do



Engenheiro Mira Amaral, que foi um grande Ministro numa época em que, de facto, havia grandes ministros, o que a maioria dos ministros eram grandes ministros, pessoas com competências técnicas, qualificadas, que sabiam do que falavam, rodeavam-se de técnicos competentes, mas eles próprios tinham conhecimento. O Engenheiro Mira Amaral foi, sem dúvida, um grande ministro e disse na SIC Notícias aquilo que era importante dizer sobre as causas destas situações e o porquê de acontecerem. Independentemente de ser do PSD ou não, foi de facto, um grande ministro e um grande técnico, um grande homem, que explicou à população, numa linguagem clara, as causas e as soluções possíveis. O país não esteve nada bem nesta situação, nós ficamos com uma má imagem em termos internacionais. Tenho relações profissionais com vários países africanos, e por exemplo, na África do Sul, os apagões são frequentes, com grandes prejuízos económicos e estamos habituados a essas situações em países menos desenvolvidos. Agora, num país europeu, isto não é normal, nem aceitável. No que diz respeito ao Montijo, gostaria de destacar alguns pontos importantes. Começando pelo diagnóstico, fazendo algumas críticas e apontando o que é que nós deveríamos de fazer em termos de futuro. Senhora Presidente, eu por volta das cinco horas da tarde, já não tinha água em casa, por volta dessa hora, mais coisa menos coisa, isso aconteceu em vários pontos da cidade. Isso aconteceu por uma razão simples: como a Senhora Presidente sabe, e como os montijenses eventualmente perceberam, nós não temos redundância nas captações de água, faltam-nos grupos de geradores. Temos esse problema de origem, porque assim que se perde energia elétrica, as bombas deixam de funcionar, e sem eletricidade não há forma de bombear água, mesmo que existam reservas nos depósitos. Isto é um erro crasso, estrutural, dos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento), que é completamente incompatível com um país da União Europeia. Esta fragilidade da inexistência de sistemas de redundância, é absolutamente inaceitável. Nós no Montijo só tivemos redundância, ao nível de uma energia alternativa, dinamizado por diesel, no Hospital do Montijo e nos Bombeiros. Perdemos a água por causa disto e este investimento que deveríamos ter, nas captações e no sistema de distribuição pública de água, não é um investimento por aí além, estamos a falar, no caso dos geradores, em milhões de euros, estamos a falar em algumas dezenas de milhares de euros. Portanto, isto foi mesmo incapacidade, falta de imprevisibilidade e incompetência, de quem geriu os SMAS durante todos estes anos. O Montijo poderia, perfeitamente, suportar o sistema de água, durante diversos dias, mesmo sem energia elétrica, provavelmente com algumas contingências, mas o essencial poderia ser suportado. Acresce também a esse facto, que não temos na Câmara Municipal



de Montijo uma reserve estratégica de diesel, qual é a consequência disso? A consequência é que tudo o que sejam viaturas municipais, viaturas da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, bombeiros, etc., não têm onde buscar combustível, para suprir as necessidades. Como é que a Câmara Municipal de Montijo, não tem uma reserva diesel? Para além disso Senhora Presidente, como é que, por exemplo, não temos conhecimento quem é que no concelho do Montijo tem reservas de depósito de diesel, porque eu, por exemplo, tenho um irmão agricultor com um grande depósito de diesel. Mas se eu perguntar à Senhora Presidente da Câmara se tinha conhecimento do mesmo, provavelmente não. A Câmara Municipal não tem um reservatório, como desconhece, a não ser por conhecimento pessoal, institucionalmente onde se encontram os depósitos de reserva de diesel no Montijo. A consequência desta falta de planeamento é que, no final do dia, a GNR ficou sem combustível e teve de ir abastecer a Canha, porque não havia combustível no Montijo, sendo que a cidade tem, provavelmente, quarenta a cinquenta mil habitantes. A GNR e a PSP ficaram sem energia elétrica, estamos a falar dos principais agentes e entidades de proteção civil ficaram inoperacionais.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, sobre os principais agentes e entidades de Proteção Civil que ficaram inoperacionais, referiu que as mesmas dependem do governo central. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, ainda no uso da palavra, referiu: “Segundo aspeto, a Guarda Nacional República chegou ao ponto de pedir emprestado, aos bombeiros de Alcochete, um gerador, aos bombeiros de Alcochete, repito, não foi aos bombeiros do Montijo. Na base de tudo isto, o que é que falhou principalmente? Foi o sistema de comunicação. Eu já fiz tropa na Polícia Militar e quem fez tropa sabe uma coisa fundamental, podemos ter os melhores meios, as melhores pessoas, mas se falham as comunicações, tudo colapsa. Isto é uma verdade básica para qualquer militar ou agente de proteção civil, as comunicações são essenciais no sistema de emergência e no sistema de stresse de guerra, ou calamidade. A Senhora Presidente ficou isolada, a GNR ficou isolada, a PSP ficou isolada, ninguém falava com ninguém, sabe como é que se resolveram as coisas? Por contacto pessoal, tiveram de falar uns com os outros por contacto pessoas. Se isto tivesse sido uma tragédia maior, aliás, não foi uma tragédia, foi uma contingência grande, que poderia originar consequências grandes, se durasse mais dois ou três dias. Mas se, por exemplo, fosse um caso de um sismo, ou algo do género, em que houvesse corte das vias públicas, teria sido o caos. A Câmara Municipal ficou sem energia elétrica, os servidores da Câmara também falharam, tudo isto foi um problema enorme ao nível da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

comunicação. Isto é inaceitável Senhora Presidente, e não estamos a falar de grandes investimentos. O SIRESP (Sistema Integrado de Emergência e Segurança de Portugal), entre as oito horas e as nove horas da noite começou a falhar, a Guarda Nacional Republicana dá-me esta informação. A Câmara Municipal de Montijo, deveria de ter um sistema de rádio municipal, e deveríamos de ter outra coisa, que é uma redundância, que é sistemas de telemóveis via satélite. Existem no mercado sistemas de telemóvel por satélite, que são baratos. Por exemplo, eu tenho um cliente que se encontra no Brasil e por vezes liga-me da Amazónia, no Montijo não temos, porque não temos nenhuma cultura nacional e municipal, ao nível da segurança e da proteção civil. Portanto, falhou a comunicação por completo. Foi montado um sistema de comando nos bombeiros, um pouco improvisado, mas falhou o sistema de comando por completo. Isto é a maior falha que tivemos, foram as comunicações, é a maior falha e aqui não estamos a falar em milhões de euros de investimento, mas em alguns milhares de euros em investimento. Gostaria também de dizer à Senhora Presidente, que todos os outros edifícios públicos: centros de saúde, serviços municipais, tudo parou, ou melhor, ficaram sem energia e sem água, tirando o Hospital do Montijo e os Bombeiros, o que é péssimo numa situação de calamidade. Se isto fosse uma calamidade maior, estaríamos completamente desprotegidos, já vamos às competências, umas são municipais, outras são nacionais, a sempre responsabilidades, mas neste momento só estou a fazer o diagnóstico daquilo que aconteceu. A outra questão que é da responsabilidade dos Senhores desta Câmara Municipal, particularmente, da Senhora Presidente da Câmara, que é em relação ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil: o plano em vigor é de dois mil e doze, mas se encontra em revisão desde dois mil e dezassete e nunca foi concluída, aliás, não veio a esta Câmara Municipal como sabemos. Tenho conhecimento de que existe um esboço, pagou-se a uma expressa para o fazer, mas o plano municipal em vigo é o de dois mil e doze e esta referido neste plano, que os planos deviam ser revistos e atualizados de dois em dois anos, nada disto foi feito. Existem aqui situações caricatas de se mencionar ainda que temos oito freguesias, e que a Presidente da Câmara é a Dra. Maria Amélia Antunes, situações completamente caricatas. Este plano deveria ter sido acionado pela Comissão Municipal de Proteção Civil, que V. Exa. preside, na qualidade de Presidente da Câmara. Há municípios que reuniram as suas comissões e decidiram ativar o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, outras determinaram não o fazer. Sendo certo que para o determinar teria de haver uma reunião de Comissão Municipal da Proteção Civil, o conhecimento que tenho, não houve, a última vez que houve reunião desse comissão foi na pandemia da COVID-19, a Senhora Presidente da Câmara



CS
P. Amé

também não reunião. A Senhora Presidente até podia ter tomado a decisão de não ativar o Plano Municipal de Proteção Civil, é uma análise que poderia ter sido feita pela comissão. Mas há uma coisa, que considera que a Senhora Presidente da Câmara se impunha fazer, que era reunir a comissão, porque na altura tínhamos até uma perspectiva de só reabilitar o sistema de energia em setenta e duas horas, foram as primeiras informações que tivemos. Sendo que o Montijo colapsou ao nível, nomeadamente, dos serviços de abastecimento público de água. A Senhora Presidente não fez isso e, com o devido respeito Senhora Presidente, isto é uma competência inquestionavelmente sua, acho que o devia ter feito. Portanto, este é o diagnóstico, temos responsabilidades que são municipais, que são nossas, nós falhamos nessas responsabilidades e temos responsabilidades nacionais onde também se falhou e a responsabilidade aqui é de todos, não apenas de alguns, mas de todos, mas não é da responsabilidade do povo o culpado. O Montijo ao nível da Proteção Civil, todos os agentes da Proteção Civil, se se perguntar aos bombeiros, à GNR, à PSP, que são os principais atores ao nível da Proteção Civil, todos dizem que a Proteção Civil no Montijo está pelas ruas da amargura. Por questões de liderança, falta de investimento, eu falei com algumas pessoas que dizem que provavelmente se o Montijo quisesse ter alguma coisa parecida com a Proteção Civil, ao nível de equipamentos, se calhar, um milhão de euros não chegará. Para quê? Para comprar maquinaria, geradores, depósitos de combustíveis, UPS, backups, comunicações, viaturas, centrais de deteção de incêndio. Mais, por exemplo, a Câmara Municipal de Montijo no orçamento não tem nem um fundo de reserva para proteção civil e deveríamos de ter. Temos aqui uma situação complexa em que não temos operacionalidade assegurada, falta-nos meios, falta de coordenação, falta operacionalidade e isto não é culpa divina, dizer que um dia destes ocorrer algo mais grave, não temos qualquer capacidade de resposta. Portanto Senhora Presidente, deixo aqui este diagnóstico, deixo aqui estas críticas e há situações que são da responsabilidade do governo e eu deixo aqui uma nota das mesmas. Por exemplo a GNR e a PSP foram chamadas para serem apresentadas nos quartéis das esquadras, para fazer face à situação da noite, nomeadamente das pilhagens, que podiam acontecer, foi tudo requisitado. Qual foi o problema em termos práticos? Por exemplo, a inexistência de viaturas para os agentes. Chamaram os agentes, mas como não têm meios muitos desses agentes ficaram 'apeados', porque não tinham viaturas suficientes para assegurar a operacionalidade desses agentes, que ficaram nas imediações dos quartéis. Existe aqui uma enorme responsabilidade dos governos que tiveram nos últimos vinte anos, ao nível da operacionalidade das forças policiais, da atribuição de meios, do desinvestimento que tem existido nas forças policiais,



Guarda Nacional Republicana e PSP, particularmente, e isto vê-se agora nestes momentos. Isto foi apenas uma amostra, porque um dia destes, é evidente, que podemos ter um problema sério, com em qualquer lugar do mundo e temos aqui uma situação critica em termos sísmicos, e já estamos a dever a Deus, pelos cálculos, porque em termos matemáticos já devia de ter ocorrido um grande sismo na zona de Lisboa. Portanto, se isto é a resposta que as entidades públicas portuguesas dão às necessidades da população, numa situação uma amostra de uma situação complicada, questiono o que é que nos vai acontecer quando acontecer algo a sério. Para concluir, como já estamos no fim do mandato, deixo uma sugestão, Senhora Presidente, que se aprove, pelo menos, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, pelo menos conseguíssemos fazer isto neste mandato, não deixarmos para os outros, porque também não sabemos o que é que aí vem. Que se nomeie uma pessoa competente na área da Proteção Civil, com capacidade de diálogo e liderança. Mandatar essas pessoas, para fazer um levantamento e um diagnóstico dos investimentos necessários, para garantir a operacionalidade futura. É certo que a Senhora Presidente pode não conseguir, neste mandato investir em tudo, mas pode começar a fazer esse caminho e isso seria exigível que esta Câmara Municipal fizesse esse caminho.”.

Pelas vinte horas e dez minutos deu entrada na sala de reuniões o Senhor Vereador Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU) assumindo as suas funções. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu: “Começaria também por este ponto que o Senhor Vereador João Afonso mencionou. Na bancada da CDU, não temos dotes de adivinhação, mas começámos a falar sobre a Proteção Civil já há algum tempo, relativamente ao problema que temos aqui no nosso concelho. Por acaso, inquiri, na altura, o Senhor Vereador José Manuel Santos, quando estava a desempenhar funções como Presidente, numa sessão de câmara que teve lugar no Alto Estanqueiro, em que lhe perguntei quais eram os meios que a Proteção Civil dispunha no nosso concelho e que respondeu que tinham duas retroescavadoras. Ficámos todos esclarecidos, e ficámos muito contentes por saber que duas retroescavadoras resolveriam o nosso problema. Depois, perguntei pelo Plano Municipal de Emergência e a Senhora Presidente respondeu que já se encontrava no Comando Distrital, à espera de aprovação, e que depois viria a esta sessão de câmara, o qual continuamos à espera. Mas queria começar por uma questão supramunicipal, que é sobre o Relatório Anual de Segurança Interna. Existe um capítulo nesse relatório que refere que as empresas, quer de telecomunicações, quer de energia, entre outras, deviam de estar, até por problemas geoestratégicos que se vivem no mundo, que essas



empresas deviam estar sob controlo do Estado, porque muitas destas empresas estando na mão de privados e muitas das mesmas até, dando o exemplo da energia, que estão em empresas que são propriedade de um estado, que um é chinês e a central da Tapa do Outeiro é de uma empresa japonesa, ligada ao estado Japonês, etc.. Isto levanta um problema de soberania nacional, não vou ser populista ao ponto de dizer que, se as empresas fossem nacionalizadas, o apagão não teria existido, isso não seria verdade. Este foi um problema cuja causa ainda não conseguimos apurar, porque não foi só na Península Ibérica, outros países também foram afetados. Estamos, portanto, ainda num plano algo nebuloso. Pergunto: se os japoneses na Tapada do Outeiro não tivessem posto essa central a funcionar, se calhar, ainda hoje haveria zonas do país sem energia. Sabemos que o Governo anunciou que vai ligar duas barragens, Castelo de Bode e Alqueva, para que haja uma resposta mais rápida, mas são medidas que já deviam estar implementadas há muito tempo, até para podermos ter uma resposta mais rápida. Quanto ao Plano da Proteção Civil a nível nacional, nada funcionou. O SIRESP, como já aqui foi referido, nunca funcionou desde a sua implementação, é zero, e é um dos sistemas mais caros da Europa. Não se percebe o que aconteceu com a fiscalização, tendo sido contratado uma empresa, a Motorola e outras empresas, mas continua nas mãos de privados, e o problema não se resolve. Parece que ninguém tem responsabilidades sobre isto. Vários governos passaram, todos prometeram resolver, mas tudo continua igual. Ouvi o Senhor Ministro das Infraestruturas dizer: “Estamos em gestão, porque se o Governo ainda estivesse em funções, já teríamos resolvido o problema.”, isto é pura demagogia, é pura propaganda política. Na verdade, como foi revelado pelo diretor da Polícia Judiciária, foi a própria PJ que teve de levar gásóleo a um hospital em Lisboa, nada funcionou neste país. Se formos para o Plano Municipal, ficámos sem comunicações.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, informou que a operadora MEO sempre funcionou na cidade do Montijo e que a primeira rede telefónica a ficar inoperacional foi a da Vodafone. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, disse: “A Senhora Presidente teve MEO, mas, ainda assim, não conseguiu comunicar com ninguém e teve de se deslocar a Canha no seu carro para resolver os assuntos. As empresas de comunicações, hoje em Portugal, não cumprem aquilo que deviam de cumprir, falharam todas e são obrigadas por contrato a garantir essas redundâncias em situações de emergência, e não cumpriram. Vivemos numa república das bananas, é esta a realidade, porque a Senhora Presidente teve de ir, pessoalmente, a Canha resolver um problema do Hospital do Montijo, que



também não tinha gasóleo, isto é uma realidade nua e crua. Estávamos isolados, a população não recebeu comunicados de ninguém.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia referiu que a Câmara Municipal do Montijo publicou um comunicado na internet, contudo, o mesmo não chegou à população devido à indisponibilidade generalizada de acesso à internet. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, referiu: “Senhora Presidente, podia ter colocado tudo na internet, mas se não havia internet as pessoas não teriam acesso. Eu não esperava que a Senhora Presidente resolvesse tudo sozinha, o que eu queria era que o Governo português assumisse as suas responsabilidades perante os cidadãos. Aquilo que eu ouvi na rádio foi o senhor Primeiro-Ministro a fazer propaganda política, que correu tudo muito bem, isto é pura propaganda política. Voltando ao nosso concelho: como já referi, ficámos completamente isolados e o que se passou vem confirmar aquilo que esta bancada tem vindo a afirmar, não temos Proteção Civil no nosso concelho. Não é verdade, temos as duas retroescavadoras, talvez, e já lá vou às retroescavadoras. No mesmo dia, para falar das retroescavadoras, houve um camião que partiu o cárter e encheu uma rua do Montijo de óleo, o que é perigosíssimo para carros, motas, etc.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, relativamente à ocorrência com um camião que partiu o cárter e derramou óleo numa rua da cidade do Montijo, informou que a Câmara Municipal celebrou um contrato com uma empresa especializada para a prestação deste tipo de serviço. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, referiu: “Mas até lá pode haver acidentes, os bombeiros não tinham o pó necessário para cobrir o óleo. Mais vai ser feito quando?”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, referiu que o serviço em causa já foi executado pela empresa contratada. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, informou: “Não foi, mesmo agora passei no local e ainda lá se encontra o óleo. Quando não é colocado esse pó calcário, que é o material adequado, usa-se areia em último caso. Esperava ver uma retroescavadora a trazer areia para resolver provisoriamente a situação, até a empresa resolver essa situação. Mas isso são pequenas coisas, no meio de tudo aquilo que aconteceu. Criou-se um pânico na população e nós vimos o que aconteceu, tudo porque não houve comunicação.”.



O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu que o pânico, mencionado anteriormente pelo Senhor Vereador Joaquim Correia, ocorreu porque a população não confia nas instituições. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, disse: “Não é apenas o não confiar, mas houve muitas pessoas que opinaram sobre as coisas sem saber o que se passava, tendo saído informação que só ao fim de setenta e duas horas, que teríamos água e luz novamente. As pessoas entraram em pânico e correr para os supermercados como se fosse o fim do mundo, tudo por falta de comunicação. Ficámos completamente desgovernados, essa é a realidade daqui que aconteceu no nosso país. Temos de refletir muito seriamente e volto à questão da Proteção Civil: hoje ela está organizada de forma hierárquica, nacional, depois regional, com estruturas semelhantes aos distritos, que passa depois para a esfera municipal e até para a esfera de freguesia e aquilo que aconteceu, foi a total ausência de comunicações entre estes polos, sem estas comunicações, não há Proteção Civil. A Senhora Presidente não escondeu que teve de andar à procura de onde instalar o posto de comando da Proteção Civil no Montijo, que acabou por ser nos bombeiros. Mas isso já devia estar definido, para que quando acontece uma catástrofe, as pessoas têm de saber para onde se dirigir. Perguntei, recentemente, onde é que seriam os pontos de encontro em caso de emergência, que tem de vir no tal Plano de Emergências. A população não sabe onde se dirigir, nem como receber informação. Isto foi uma falência total e espero que isto sirva de aprendizagem para todos nós, que aqui estamos e temos responsabilidades. Posto este primeiro ponto, passo ao segundo, aqui na Câmara Municipal, penso que todos concordámos com o apoio financeiro concedido à instalação do CAAES (Centro Autárquico de Acolhimento Emergencial), mas quero colocar uma questão, porque posso não estar a par de toda a legislação, mas segundo o que foi dito, a câmara atribuiu oitenta e oito mil euros. Nós tínhamos aprovado aqui, anteriormente, para outros fins, no valor entre cinquenta a sessenta mil euros, em duas vezes, que não perfazia o valor.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, relativamente ao apoio concedido ao CAAES, informou que o valor total do apoio foi concedido em duas tranches. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, disse: “Juntos, perfazem esse valor, mas penso que deveríamos ter uma proposta formal para regularizar esta situação, para não termos problemas jurídicos por estarmos a aprovar coisas que não estão devidamente documentadas, faço essa proposta. A Senhora Presidente diz que vai trazer a proposta, fico esclarecido e assunto



arrumado. Esperava que viesse nesta reunião, mas não foi possível, por isso espero que venha na próxima. Para terminar a minha intervenção, quero elogiar a Senhora Presidente, que ao fim de todo este tempo, ter passado a Sessão Solene para de manhã. Dou-lhe os meus parabéns. Mas agora vem o reverso da medalha, que a Senhora Presidente já estaria à espera, eu gosto de comemorar a noite de 24 para 25 e o 25 de Abril é uma festa de todos nós, uma festa popular que deve ser vivida na rua, como foi vivida a Revolução de Abril. Por isso, faço um apelo à Senhora Presidente da Câmara, que na noite de 24 para 25, festejemos todos na rua, com cultura, com espetáculos, para que o povo possa celebrar e não tenha de pagar três euros para se fechar num cinema a ver um filme. Fomos o único concelho onde não fizemos isso.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso referiu: “Quero dizer que, efetivamente, o que se passou foi uma catástrofe. Uma catástrofe que nós não tivemos forma de evitar, mas também uma catástrofe na forma como o Governo da República a tratou. Essencialmente, porque eram três da tarde quando o senhor Primeiro-Ministro se dirigiu aos portugueses, numa altura em que muitos nem conseguiam ouvir, porque quem não tivesse um rádio a pilhas não conseguia aceder à informação, ou outros sistemas alternativos. No concelho do Montijo, obviamente, também tivemos fragilidades e a nossa fragilidade maior teve a ver com a água. Ativei os principais agentes da Proteção Civil, como o senhor Vereador aqui referiu, não conseguindo contactar telefonicamente, um funcionário da Proteção Civil foi junto da GNR, da PSP e dos Bombeiros, para podermos reunir e encontrar um caminho. Aliás, eu já tinha reunido primeiro com o senhor Comandante dos Bombeiros e, mais tarde, reunimos com todos para encontrarmos um caminho, porque não sabíamos quanto tempo é que esta situação iria durar. No Montijo, colocavam-se duas questões: o gasóleo e a água. Os Bombeiros têm um depósito de gasóleo, e essa situação estava salvaguardada, tinham também um gerador e estavam abastecidos, mas não podíamos estar a tirar gasóleo dos Bombeiros, porque não sabíamos quanto tempo a situação iria durar, e esse combustível poderia fazer falta para outras emergências. Estabelecemos, então, um posto de comando, a GNR não tinha condições, tinham os rádios descarregados, tal como os telemóveis. O único sítio com condições para estarmos todos e com comunicações disponíveis era o quartel dos Bombeiros, e foi aí que o senhor Comandante nos disponibilizou para esse fim. Depois, surgiu a questão do combustível, ainda ontem, na Assembleia Municipal, um deputado do PSD, o senhor deputado Pedro Vieira, afirmou que eu não tinha de me preocupar com o combustível, pois não era da minha responsabilidade, que essa era uma responsabilidade da Proteção Civil a



nível nacional. Liguei para a Proteção Civil Distrital, consegui falar, mas não me conseguiram responder e disseram apenas que iam ver, até hoje, ainda estou à espera dessa resposta. Como tenho alguns conhecimentos, dentro da Câmara, não sabia onde estavam os depósitos, não sabia que o irmão do Vereador João Afonso tinha, porque se não tinha lá ido tinha lá ido. Mas os agricultores das pecuárias em Canha também estavam com problemas graves, pois não tinham eletricidade nem água para os animais. Tínhamos água em Canha e Pegões, mas o comandante dos Bombeiros disse: “Posso ir buscar água às ribeiras, mas água da rede, não sei quantos dias vamos estar sem água.”. Ou seja, nem todos tinham solução. Tinha duas soluções, tenho conhecimento que uma câmara da área metropolitana tinha uma bomba de gasolina, mas optei por ir primeiro a Canha, porque sabia que lá poderia encontrar combustível. Fui falar com o comandante urbano, não conseguíamos também comunicar, mas conseguimos através do telefone fixo, ainda dos antigos dos Bombeiros, comunicar e tínhamos gasóleo para ontem de manhã, tínhamos a situação tratada. Quanto à água, precisávamos de geradores e não são geradores simples, são geradores de, no mínimo, 100 kVA e outros depósitos de 200 kVA. Conseguimos manter o abastecimento de água no R1 até à hora de almoço, uma hora ou duas horas, nos terceiros andares, a água já não chegava, eu, por exemplo, em minha casa, não tive água. Em Sarilhos, na Lançada e na Atalaia, os rés-do-chão ainda tiveram água até às dezanove horas. Andámos a tentar arranjar geradores, mas não conseguimos arranjar geradores com esta disponibilidade. No entanto, a Proteção Civil também trabalhou nesta área e, à partida, já tinha para no dia seguinte, de pôr o R1 a funcionar. Porque o R1 era a nossa maior preocupação, porque abastece o hospital. Obviamente que todos os outros eram importantes, mas o hospital era o mais crítico. Dentro dos condicionalismos e problemas, quero deixar aqui um agradecimento aos trabalhadores dos SMAS, aos trabalhadores da câmara no Serviço de Proteção Civil, aos Bombeiros, à GNR e à PSP, que estiveram sempre disponíveis para apoiar a população. Tivemos ainda um problema grave, um esfaqueamento, às dezassete horas, na Rua Amadeu Moura Stoffel. Foi necessária a intervenção da PSP, da GNR, da polícia de intervenção e da polícia judiciária. A PSP e a GNR pediram reforços para a noite, pois não sabíamos o que poderia acontecer numa noite de escuridão, é sempre propícia a várias situações. Felizmente, a luz voltou mais cedo, mas dentro de todos estes condicionantes, conseguimos traçar um caminho para o concelho. Quero pedir desculpa a quem não teve água, obviamente, a nossa maior preocupação foi sempre a água. Sabemos que a eletricidade é importante, mas a água é fundamental, ainda para mais, temos muitas IPSS no concelho, o que agravava o problema. Os trabalhadores dos SMAS



foram incansáveis a tentar encontrar respostas e minimizar os impactos. Sobre a Proteção Civil, propriamente dita, o cargo de coordenador da Proteção Civil é de comissão de serviço por três anos e termina no dia cinco de maio. Nos termos da lei, informei o atual coordenador de que não iria renovar a comissão de serviço e nomeei, a partir do dia cinco de maio, o Engenheiro Rogério Martinho para o cargo. É uma pessoa qualificada nesta área, reconhecida pelas várias instituições que trabalham com a Proteção Civil. Estamos com os Bombeiros, a trilhar um caminho de modernização e reestruturação do serviço de Proteção Civil da Câmara Municipal de Montijo é isso que vamos iniciar agora por forma a estarmos preparados. Nunca estaremos completamente preparados para situações como esta, mas queremos estar minimamente preparados para evitar problemas graves, como o da água. Sobre este tema, é importante que não volte a acontecer, mas, honestamente, acho que situações semelhantes voltarão a acontecer. Temos um contrato de software com a empresa Medidata e desde o apagão, não conseguimos trabalhar como deve ser. Não conseguimos fazer cobranças de rendas nem outras operações, é uma empresa privada, paga a bom preço, mas que não está a dar resposta às necessidades dos municípios, portanto, ninguém está preparado para estas situações.”. -----
Em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse: “Relativamente ao CAAES, tinha acordado com a União Mutualista que, assim que o CAAES estivesse aprovado, me fariam chegar todas as contas e eu traria uma proposta para ratificar a proposta inicial, para que tudo ficasse devidamente esclarecido, porque a verba foi atribuída para um fim, mas não foi afeta a esse fim. Por isso, a câmara terá de alterar o fim, para o qual se destinou a verba. Não trouxe essa proposta hoje porque, com tudo o que se passou, não houve condições para tratar da mesma, mas comprometo-me a trazer esta situação na próxima reunião de Câmara.”. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse: “Consideramos que existe consenso entre todos os presentes relativamente a esta matéria. Esta posição constitui, inclusive, uma salvaguarda para a Câmara Municipal, uma vez que, desde o primeiro momento, foi entendimento unânime que a verba em causa deveria ser afeta ao referido fim. A Senhora Presidente tem pleno conhecimento da posição que sempre manifestámos a este respeito. O que se pretende é que haja total transparência em todo o processo, que a situação seja regularizada.”. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse: “Essa questão não admite discussão, porque a verdade tem de estar claramente refletida nos documentos. Desde o



primeiro momento, esse foi o entendimento que estabeleci com a União Mutualista.”. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse: “Gostaria de deixar aqui algumas considerações finais, dizendo o seguinte: Antes de mais, reconheço à Senhora Presidente da Câmara um sentido de humildade e de reconhecimento do erro, o que não é, infelizmente, muito comum em pessoas que ocupam determinados cargos e a Senhora Presidente demonstrou uma evolução positiva com a sua presidência nesse aspeto. No entanto, penso que existem questões que merecem ser mais bem aprofundadas. Senhora Presidente, ninguém espera que tudo funcione na perfeição, e isso não pode, contudo, servir de justificação. Todos sabemos que situações de stress afetam as pessoas, as instituições, a população, os dirigentes e as infraestruturas, é difícil que tudo corra bem sob essas circunstâncias, mesmo que a organização seja excelente. Veja-se o exemplo do Japão, um país altamente organizado, quase uma sociedade militarizada no melhor sentido da palavra e mesmo assim enfrentaram enormes dificuldades com o terramoto e o tsunami. Não há país mais organizado do que o Japão, tudo pode correr mal, é a lei de Murphy, não é sobre isso que estamos a falar, para além de que, Portugal está a anos-luz da organização do Japão, temos muito a aprender com os japoneses, especialmente no que diz respeito à organização. Mas aquilo que quero referir, é que nós, perante uma situação de stress que, quase diria, funcionou como um simulacro e se assim fosse, teria sido uma excelente oportunidade de treino. No entanto, o que se verificou foi que este “teste” correu muito mal, este é que é o problema e não estamos a falar de um terramoto, nem de um tsunami, nem falo do terramoto que aconteceu em mil setecentos e cinquenta e cinco, falo até do terramoto que aconteceu na década de sessenta. Tivemos, sim, um apagão de meio dia, mais coisa menos coisa, e isso bastou para expor que não estamos minimamente preparados, quer em termos nacionais, quer em termos locais e essa é a principal lição a retirar deste episódio, e é importante que a tiremos. Não estou aqui a atribuir culpas individuais, o que afirmo, com toda a clareza, é que não estamos preparados e não tenho aqui nenhum preconceito, no que diz respeito ao público e ao privado, é lamentável que as operadoras de telecomunicações terem colapsado. Empresas essas cujos gestores são pagos a preço de ouro, veja-se o caso da Vodafone, por exemplo, e ainda assim permitiram uma falência completa dos serviços em poucas horas, não apenas falhas pontuais. Não estou aqui a fazer um julgamento entre público e privado, aliás, chego a afirmar que, por mim, preferia que ainda tivéssemos a EDP pública, que tivemos há quarenta anos. Hoje em dia, temos uma REN que, na prática, não investe em nada na rede. O sistema está degradado, com remendos



sucessivos, sobretudo nas zonas marítimas. Existe um desinvestimento total, mas isto acontece porquê? Não é porque incompetência técnica, não é porque este governo não seja competente, é porque, infelizmente, os governos, os ministros e as ministras e os secretários de estado, quando saem dos governos acabam por integrar os quadros destas mesmas empresas, não as fiscalizam, porque não as querem fiscalizar o que levanta graves questões de ética e de moral. No seio do meu próprio partido, sempre valorizei figuras como Pedro Passos Coelho, pela sua verticalidade e seriedade, no entanto, de uma decisão que tomou uma decisão errada, mesmo com a “pistola na cabeça”, como foi feito pela troika, nunca deveria ter aceite vender a REN aos chineses, nunca, sempre tive essa opinião contrária ao Pedro Passos Coelho, isto era estratégico para o país. Concordando com o senhor Vereador da CDU, é estratégico para o país, podia ser aos chineses, aos ingleses, a quem for, nomeadamente a um estado totalitário como os chineses, nunca devíamos ter permitido isso. Aqui não é um tema ideológico, mas sim estratégico, de planeamento, de gestão e mostramos, ao contrário daquilo que é referido por alguns políticos, que não estávamos minimamente preparados para enfrentar situações de verdadeira calamidade. Nesse sentido, e com todo o respeito pelas pessoas afetadas, que foram muitas, ainda bem que isto aconteceu, que foi para mostrar a saciedade que não temos capacidade nenhuma para enfrentar uma calamidade e é bom que as pessoas entendam isto.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, referiu que nem os cidadãos têm capacidade para enfrentar uma calamidade como esta. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, ainda no uso da palavra, referiu: “Se as pessoas não confiam nas instituições, se não estão ensinadas, se esta situação tivesse durado dois dias em vez de doze horas, veríamos um verdadeiro cenário de pânico público, sendo que este apagão durou meia dúzia de horas. Não posso aceitar que se dissesse que correu tudo mal de norte a sul do país e que a culpa é do ‘A’ ou do ‘B’, porque é setor privado, porque é setor público. Há empresas privadas que estiveram melhor que outras, por exemplos, nas telecomunicações, tirando a MEO, que foi a que esteve melhor, as restantes foram uma desgraça. Também houve entidades públicas que tiveram bem e outras que estiveram mal, depende do caso. Mas o que fica claro é que falhámos no momento decisivo, não temos capacidade para enfrentar, se não conseguimos isto, imagine-se o resto. Estamos à constatar que muitas das pessoas colocadas à frente de instituições e empresas estratégicas e determinantes, não se preocupam pelo bem comum e não têm capacidade para gerir as mesmas. Temos uma falta qualidade de gestão, isto faz-me lembrar



que, um dia, teremos de falar também da situação no Hospital Barreiro-Montijo, porque o que lá se passa é muito grave. Mais uma vez estamos a falar de uma questão de gestão, colocam-se pessoas à frente das instituições, sem perfil, nem o percurso para gerir aquelas instituições. Reconheço, o seu esforço e a sua honestidade intelectual, enquanto Presidente de Câmara, é, de facto, um contraste muito positivo em relação ao passado, mas é preciso sermos ainda mais incisivos. Temos de assumir uma irresponsável coletiva de quem dirige. Sim, também vimos comportamentos menos corretos por parte da população, mas a responsabilidade maior é, sem dúvida, de quem dirige.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Gostaria apenas de acrescentar uma nota, a propósito do que foi referido pelo Senhor Vereador João Afonso, nós pagamos atualmente das telecomunicações mais caras da Europa, se não mesmo as mais caras, e o que se verifica é que as empresas não cumprem o papel que lhes compete e para o qual estão contratualizadas. Ao nível da energia, pagamos uma das eletricidades mais caras da Europa, e, no entanto, temos um sistema que falha de forma reiterada e sistemática. Importa referir que estas empresas são, na sua maioria, privadas. Há quem defenda que não existem diferenças entre empresas públicas e privadas e eu vou explicar claramente a diferença fundamental: As empresas privadas, quando obtêm lucros, distribuem-nos pelos seus acionistas, sob a forma de dividendos, enquanto as empresas públicas, fazem o investimento com esse dinheiro. Não geram prejuízos, aquilo que foi privatizado, em muitos casos, eram precisamente as empresas públicas que davam lucro, aí que está o grande erro. A EDP, por exemplo, dava lucro e foi vendida à China, a Portugal Telecom, também era lucrativa, foi vendida. Vendemos os anéis, e agora não temos nada, felizmente, ainda não vendemos a Caixa Geral de Depósitos, que continua a gerar lucros significativos para o Estado, embora já haja quem defenda essa venda. Quanto à TAP, trata-se de uma questão mais complexa, com muitas outras implicações, que daria uma discussão à parte. Mas, se continuarmos neste caminho, qualquer dia não teremos absolutamente nada e quero ver o que será deste país. O próprio Relatório RASI, que é muito valorizado pelo Senhor Vereador e que já foi aqui referido anteriormente, aponta precisamente esse risco, aconselho-o a ler com atenção esse capítulo específico, onde se alerta para o perigo que o país corre ao continuar a privatizar setores estratégicos, quando tudo estiver privatizado, ficamos sem nada.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Relativamente à questão do apagão, parece-me que já tudo foi amplamente debatido. Acredito que, maioritariamente, estamos todos de



acordo de que o sistema não funcionou de forma adequada. Não me vou alongar mais sobre isso, mas gostaria apenas de acrescentar um ponto que reflete, também, o falhanço desta situação, em momentos de stress, há sempre duas opções: ou aguardamos para perceber o que está a acontecer para, depois, podermos intervir ou comunicar; ou tentamos acalmar logo à partida, como muitas vezes fazemos com os nossos filhos, para que não evolua para uma situação de stress. No caso em questão, o que o governo fez foi ficar em silêncio, à espera para entender o que estava a acontecer, não comunicou adequadamente, e isto gerou uma série de reações, muitas vezes exacerbadas, por parte da população, por falta de informação clara e a informação contraditória que apareceu, como a que aqui foi referido pelo Senhor Vereador João Afonso da questão das setenta e duas horas sem luz, esta informação contribuiu ainda mais para o pânico generalizado. Do meu ponto de vista, o governo optou pela solução errada, de esperar para perceber o que ia acontecer, para posteriormente poder comunicar à população e permitiu que estas informações fossem transmitidas por outras vias. Recordo que, que inicialmente, surgiram informações de que a Europa inteira estaria sem energia, o que, evidentemente, causou pânico. Portanto, o governo invés de agir proativamente, optou por esperar para ver o que acontecia, o que resultou na falta de controlo da narrativa. Não estou a sugerir que o Estado deva ser paternalista, mas a falta de tranquilização das pessoas apenas contribuiu para o aumento do stress e da confusão. Isso parece-me evidente. Gostaria de fazer uma breve intervenção, em nome da bancada da CDU, para saudar, e o Vereador Joaquim Correia, que já falou aqui sobre as questões do 25 de abril no concelho do Montijo, mas gostava de saudar as comemorações populares do 25 de abril, que aconteceram ao longo de todo o país, com especial ênfase para a grande manifestação na Avenida da Liberdade, onde milhares de pessoas desceram a avenida para celebrar esta data importante. No entanto, não posso deixar de expressar a minha preocupação com os incidentes que ocorreram perto do Rossio, onde foram ouvidos gritos a favor de Salazar. Este tipo de comportamento é, no mínimo, assustador, e vem reforçar a nossa convicção de que os ventos do fascismo estão novamente a soprar, não só em Portugal, mas em toda a Europa. A comunicação social também teve um papel relevante, ao abrir os telejornais com este tipo de incidente, em vez de focar nos valores de Abril, na festa da liberdade e nas conquistas que a Revolução de 25 de abril nos proporcionou, abrem os telejornais com aquela situação, ao invés de darem destaque ao que realmente importa, que é a comemoração do 25 de Abril e aquilo que foram as suas conquistas. Mas quem defende os valores de Abril, alguma vez, tiver dúvidas relativamente ao que aconteceu e à questão da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Arne

Livro 34
Folha 262

evolução da extrema-direita, acho que basta olhar para aquelas imagens deste anos daquela avenida, e vamos sempre chegar à conclusão que serão sempre mais as pessoas que defendem a liberdade do que aquelas que pretendem regressar ao 24 de abril de 1974. Isso deve ser um incentivo para continuarmos a proteger e valorizar os ideais de Abril, porque seremos sempre muitos mais e não há dúvidas quanto a isso. A propósito disso, também gostaria de fazer um apelo para as comemorações do 1º de Maio, que se realizam amanhã. Queremos saudar as manifestações que decorrerão em todo o país e fazer um apelo à participação dos trabalhadores e do povo. Gostaria ainda aqui de colocar uma questão que está relacionada com as reuniões descentralizadas, o Vereador Joaquim Correia já mencionou, na última reunião descentralizada, na freguesia do Alto Estanqueiro/Jardia, que a CDU propôs a descentralização das reuniões de câmara para dois mil e vinte e cinco fossem já calendarizadas. Na altura, a Senhora Presidente não estava presente, e quem estava em funções era o Senhor Vice-Presidente, na altura em funções de Presidente em exercício, que se comprometeu a incluir essa calendarização quando possível e isso está gravado. No entanto, chegamos ao mês de maio e ainda não temos essa calendarização. Este foi um compromisso assumido pela Câmara, e gostaria de saber qual é a posição da Câmara quanto a isso. Estando a Câmara em ano de eleições autárquicas, com mudança de executivo prevista, é importante saber se as reuniões descentralizadas serão feitas antes das eleições ou se esta decisão ficará para o próximo executivo. Esta questão é crucial, uma vez que, até agora, o compromisso não foi cumprido. Gostaria também de recordar um outro ponto relacionado com as reuniões descentralizadas, nomeadamente a situação que ocorreu há dois anos numa reunião descentralizada na freguesia da Atalaia, há data ainda era o Senhor Presidente Nuno Canta que se encontrava em funções, quando foi discutida a proposta da ciclovia da Atalaia. Na altura, o Partido Socialista fez uma manobra de propaganda, apresentando a proposta de ciclovia mesmo sabendo que o parecer do IP (Infraestruturas de Portugal) era desfavorável, o Presidente da Câmara, à data, assumiu isso claramente, ainda assim levava a proposta a reunião de câmara, que é uma situação realmente surreal, que não passa de propaganda. Porque sendo uma estrada nacional e se o parecer do IP é desfavorável, naturalmente, não podia aprovar aquela proposta. Tudo isto foi uma manobra política, até quando questioneei o Senhor Presidente da Câmara, na sua última reunião em que estive a presidir, o próprio não desmentiu. Posteriormente, disseram que só iriam fazer a ciclovia da Atalaia, quando se fizesse a variante e aquele troço fosse desclassificado. Isto também vem provar que, aquilo que fizeram há dois anos na Atalaia perante a população da Atalaia, foi apenas uma manobra política, porque sabiam que



não era possível executar aquela proposta, tanto que já passaram dois anos e nada aconteceu e a população da Atalaia saberá certamente que foi isso que aconteceu. A minha questão é saber que, uma vez que a variante da Atalaia já está para se concretizar, se aquele troço foi ou não desclassificada. Se já foi desclassificada, qual é a intenção da Câmara Municipal, se vai ou não lançar o procedimento para a ciclovía, uma proposta que foi aprovada há dois anos, antes do final do mandato, porque se isso acontecer, chegarmos ao final do mandato e termos uma proposta aprovada há dois anos e meio antes do fim do mandato que não foi executada, será ainda mais grave para o Partido Socialista, a forma como poderá encarar a população da Atalaia. Porque estamos a falar de uma proposta aprovada por unanimidade.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino referiu: “Em relação às reuniões descentralizadas, eu já havia mencionado anteriormente que, durante este mandato, vamos tentar realizar algumas dessas reuniões. Quanto à variante da Atalaia e à ciclovía, gostaria de esclarecer que, em dois mil e vinte e quatro, aprovamos um protocolo, o qual foi enviado ao IP. Este protocolo tem como objetivo a cedência daquela faixa de estrada para o domínio do município. Estamos em contacto contínuo com o IP, o IP encaminhou o processo para o IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), de momento, estamos à espera da resposta sobre esta questão. Portanto, neste momento, não podemos avançar com a obra enquanto esta situação não estiver resolvida. No entanto, era necessário que levássemos à reunião de Câmara a aprovação do protocolo, pois, sem essa aprovação, não poderíamos continuar com os procedimentos.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Em relação às reuniões descentralizadas, acho que a Senhora Presidente da Câmara empurrou um bocadinho a situação, já percebemos que não vai acontecer. Quanto à questão da variante e da ciclovía da Atalaia, permita-me discordar de si. A proposta que foi apresentada, primeiro não foi em dois mil e vinte e quatro, foi em dois mil e vinte e três, porque em dois mil e vinte e quatro, a reunião descentralizada foi no Alto Estanqueiro, e esta proposta que eu falei foi discutida na Junta de Freguesia da Atalaia, se não me engano, em novembro ou dezembro de dois mil e vinte e três. Terminámos a reunião às três horas da manhã, onde tivemos falhas de luz. O que foi aprovado, na verdade, não foi o protocolo com o IP, mas sim a proposta para a construção da ciclovía e a intervenção que a Senhora Presidente faz agora, acaba por comprovar o que afirmei e que à data, o Senhor Presidente da Câmara Nuno Canta, na última reunião em que esteve presente, também acabou por confirmar, por meias palavras, porque aquilo que foi feito foi uma mera manobra de propaganda



política, porque a proposta que foi apresentada não podia ser aprovada. A mesma tinha um parecer desfavorável do IP, ou nem sequer tinham resposta do IP e foram fazer a proposta para construção. Passaram-se dois anos desde aquela reunião, e vamos chegar ao final do mandato e ainda nada foi feito. A sua afirmação agora vem comprovar exatamente o que eu já afirmei.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino referiu: “O referido protocolo já foi comigo. O ponto da situação e o que eu tenho acompanhado foi este protocolo, e os contactos com o IP para a aprovação do protocolo, vou ver o que é que o Vereador está a falar.”. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu vou-me limitar apenas ao episódio de segunda-feira, no concelho do Montijo. É evidente que todos nós partilhamos da mesma realidade: a Proteção Civil do Montijo tem muitas fragilidades. Falta de meios técnicos, de recursos humanos, de liderança, e também de planeamento. Quero dar os parabéns à Senhora Presidente pela nomeação do Engenheiro Rogério Martinho, uma pessoa a quem reconheço competências técnicas e qualidades humanas para o desempenho do cargo. Desejo que este executivo, ainda em funções, e o próximo executivo, se empenhem firmemente no investimento e na atenção devida à Proteção Civil no Montijo. Aproveito para agradecer também aos trabalhadores municipais dos SMAS, aos Bombeiros, à GNR e à PSP por todo o trabalho desenvolvido na segunda-feira, e sempre que surge algum imprevisto ou situação delicada. Sem me pronunciar sobre o caso concreto desta munícipe, o problema na falta de habitação acessível para muitas pessoas da nossa sociedade é, de facto, um flagelo, enquanto políticos, tanto ao nível do Estado Central, como do Poder Local, não estamos a olhar para este problema com a devida atenção e que só será resolvida quando o Estado conseguir assegurar, pelo menos, 20% a 30% de habitação pública, sendo uma parte habitação social, e outra parte habitação a custos controlados ou rendas acessíveis, que possam dar resposta às necessidades da população portuguesa, neste caso, à população do Montijo. Outra questão que quero abordar, de natureza mais básica, mas igualmente importante, é o facto de a Câmara continuar sem responder. Existe o elevado número de carros abandonados pelo concelho, como por exemplo, na Rua João de Barros, no Bairro do Esteval, há três carros abandonados há mais de seis meses; na Rua Cidade de Portalegre, há um carro abandonado há mais de um ano e meio; no Pátio da Água, existe um carro abandonado há mais de dois anos, este carro tem edital afixado há mais de dois meses e meio, o papel já perdeu a cor, de amarelo passou a branco e só ainda não voou, porque choveu muito e colou à viatura. Isto mostra bem



as fragilidades da autarquia, Senhora Presidente, nós não fazemos nada. Para não falar de outros carros que conheço e que vejo, sem inspeção, sem seguro, claramente abandonados, mas cujos proprietários ainda se dão ao trabalho de os mover de tempos a tempos, para iludir a fiscalização. Temos que ser mais eficazes, é necessário controlar melhor esta situação enquanto autarquia. Estamos a poluir o espaço público, num contexto em que há cada vez menos lugares de estacionamento disponíveis, além disso, estamos a permitir uma sensação de impunidade generalizada. Outro problema, também importante, sobretudo na zona do Saldanha, são as papeleiras. Estão constantemente cheias, sem capacidade para mais lixo. Aquela zona, junto à escola Dom Pedro Varela, os alunos vão até ao Modelo buscar pizzas ou outras refeições rápidas, que como não conseguem colocar nas papeleiras, acabam por deixar os restos no chão. Resultado: aparecem gaivotas, pombos, e à noite outros animais rastejantes, o que é um risco para a saúde pública e devíamos ser muito mais eficazes na rua.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Ilídio Massacote, disse que as papeleiras não são para esses fins. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, ainda no uso da palavra, referiu: “As papeleiras não são para esse fim específico, é verdade, mas como estão sempre cheias, temos que fazer alguma coisa e educar as pessoas para o seu uso adequado. Enquanto isso não acontecer, aquele espaço continuará a ser indesejável e degradante para o espaço público.”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção cumprimentando a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os trabalhadores municipais, o público presente e todos os que assistem à sessão através dos meios digitais do Município. Referiu-se à problemática dos veículos abandonados, sublinhando que esta é uma questão que preocupa todos. Informou que as instalações destinadas à guarda dos veículos removidos da via pública estiveram até há pouco tempo saturadas, tendo recentemente sido realizada uma operação que permitiu a remoção de cento e vinte viaturas. Adiantou que está, neste momento, em curso nova fase de recolha. Relativamente às papeleiras, reconheceu que há utilização indevida por parte da população, mas considerou que o problema poderia ser atenuado com a instalação de um maior número de equipamentos. Esclareceu que a competência para a colocação de papeleiras pertence às Juntas de Freguesia, acrescentando que estas, assim como a bebedouros de água reparação de bancos, calçadas e mobiliário urbano, não têm sido objeto de investimento por



parte das mesmas. Criticou, nesse sentido, a ausência de execução por parte das juntas, considerando que a responsabilidade por esses equipamentos é sua. Seguidamente, abordou o tema da preservação do património municipal, questionando o Vereador Ilídio Massacote sobre a substituição das portas da Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos. Considerou que a substituição de portas originais de madeira por portas de alumínio constitui um atentado ao património edificado, inadmissível num imóvel com valor histórico e cultural. Afirmou que tal substituição desvirtua o edifício e não respeita a sua traça original, apelando à preservação dos elementos arquitetónicos e criticando o alegado desinteresse do Vereador pela integridade do património do Montijo. Insistiu que a substituição das portas por alumínio demonstra desrespeito pelo património municipal e falta de cuidado com o mesmo. Referiu ainda que a população do Montijo tem o direito de saber o que está a ser feito com o património da cidade. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, respondeu às observações, esclarecendo que não se referiu à colocação de papeleiras, mas sim à recolha do lixo das mesmas, o que considerou ser da responsabilidade da Câmara Municipal, e não das Juntas de Freguesia. Reforçou que trouxe à reunião problemas cuja resolução é competência da câmara, reiterando que a recolha tem sido ineficaz e que esse é o ponto que quis salientar. Sobre a Praça de Touros, afirmou que o apoio prestado pela câmara se destinou à recuperação das sedes dos grupos de forcados e não diretamente à substituição das portas. Confirmou que as portas estão a ser substituídas por modelos em alumínio, tal como acontece noutras praças do país, incluindo o Campo Pequeno. Considerou a crítica do Vereador uma questão de gosto pessoal e afirmou que, no âmbito das suas competências enquanto provedor da Santa Casa da Misericórdia, decidiu proceder à obra em articulação com os grupos envolvidos, considerando que não lhe deve mais satisfações. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, expressou que não lhe são devidas satisfações pelo Vereador, mas sim à população do Montijo. Defendeu que as portas da Praça de Touros são tanto de alumínio como de madeira, com ferragem existente, e que a proposta de substituição para alumínio não demonstra respeito pelo património municipal, nem capacidade para preservar o próprio património. Apontou que se fosse bem gerido, as portas não seriam de alumínio, independentemente dos argumentos apresentados pelo vereador. Qualquer montijense olha para aquelas portas e vê que se passa algo de estranhos, numa Praça de Touros, inaugurada em 1957. -----



O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, respondeu ao Vereador José Manuel Santos rejeitando as acusações, considerando-as ofensivas, e lembrou que não admite que lhe seja dito que não é capaz de preservar o património, sublinhando o seu envolvimento ativo na cultura e desenvolvimento local. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, interveio para tentar moderar o debate, pedindo contenção no discurso e foco na ordem dos trabalhos. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu: “Há pouco, a Senhora Presidente disse uma coisa e eu gostava de trazer à coação esse assunto. Não era minha intenção falar sobre isto nesta sessão da câmara, mas, visto que a Senhora Presidente já introduziu o tema, que tem a ver com o Hospital do Barreiro. São conhecidas as notícias públicas, aliás, faço aqui uma declaração de interesse pessoal, não tenho apreço pela atual Ministra da Saúde, mas isto é uma declaração de conflito de interesses, digamos assim, mas como é público, nem sequer teria de o dizer, infelizmente, o tempo tem vindo a dar-me razão, mas coisas são o que são. As notícias sobre o que se passa no Hospital do Barreiro, e estou a simplificar, porque agora já nem se chama Centro Hospitalar do Barreiro, é a Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, porque engloba também os centros de saúde, numa fusão que fizeram nos serviços, mas que, na prática, não resulta em nada. Isto não é novo, não vem deste governo, já é um modelo que vem do anterior governo. As notícias são aquilo que são, temos dezenas de mulheres a dar à luz em ambulâncias, já chegámos ao ponto de ter uma parturiente num corredor. Isto, se fosse ao nível do bem-estar animal, era do pior, porque não seria permitido no bem-estar animal pelas regras da União Europeia. Mas, aparentemente, as parturientes do distrito de Setúbal têm de ter as piores condições do país, porque o que os dados nos indicam é que na Península de Setúbal está na pior situação nacional em termos de saúde materno-infantil. Isto são dados estatístico, temos a taxa de mortalidade a mais do dobro da média nacional. Depois vêm com eufemismos, dizer que “o sistema está a funcionar em rede” e ainda acrescentam: “Nós temos problemas, mas os outros também têm.”, detesto este tipo de afirmações. “Funcionar em rede” traduz-se, na prática, em fechar serviços, recuar, recuar, até, um dia, termos uma única maternidade em Viana do Minho, e lá teremos todos de ir, as mulheres da Margem Sul vão ter os filhos no Algarve ou em Viana do Minho. Este tipo de gestão devia preocupar-nos e também nos deve preocupar aquilo que está a acontecer na gestão dos hospitais da Península de Setúbal, especialmente no Barreiro, em Almada no Hospital Garcia de Orta, estes dois hospitais estão entre os que apresentam maiores constrangimentos a



nível nacional. Gostava que a Senhora Presidente da Câmara, quando se encontrar com a Presidente do Conselho de Administração, tenha isto em conta. Faço aqui uma confissão: sou muito sensível à questão dos conflitos de interesses e não acredito na eficácia de recrutar pessoas que já trabalham numa instituição para a administrar, porque essas pessoas que trabalham na empresa têm dificuldades em reformar, em tomar decisões difíceis, porque têm laços, amizades, uma cultura enraizada e estão contaminadas pelo ambiente. No caso deste novo Conselho de Administração, nomeado em março, foi recrutado internamente. Tenho esta preocupação e não é só neste caso, acho que, quando uma instituição está em crise, deve-se trazer pessoas de fora, com uma visão diferente, isentas, sem ligações, isso é saudável para as instituições e traz outra forma de ver as coisas e pessoas muito competentes, isto é a primeira crítica que faço. A segunda crítica que faço, tem a ver com o curriculum das pessoas especialmente a Presidente do Conselho de Administração. A Presidente do Conselho de Administração é uma médica, uma boa médica, sem dúvida, mas o que se exigia, no Conselho de Administração e face aos problemas que aquele hospital tem, era uma pessoa na área da gestão. Se olharmos para as contas de dois mil e vinte e três, percebemos o problema: há quase sete milhões de euros em dívidas a fornecedores e mais de 3,4 milhões de euros são dívidas com mais de um ano. Portanto, o que aqui se exige, era uma pessoa com um perfil externo, competência em gestão, que é aquilo que precisa o hospital. Reforço: isto é uma crítica à gestão interna do hospital, não estou a falar das políticas do ministério, que descordo frontalmente aquilo que tem sido feito no Ministério da Saúde. Mas o hospital precisava disto, pessoas do exterior com capacidade de gestão, não estou a falar da competência clínica da médica em causa, que conheço e respeito. Gostava de saber, então, o que está previsto para o Hospital do Barreiro, concretamente: o que está previsto para os serviços de urgência, obstetrícia e pediatria, porque ter mulheres a 'parir' em corredores e ambulâncias, repetidamente, é absolutamente inaceitável. Os utentes da Península de Setúbal não podem continuar a ser tratada como 'filhos de um deus menor' e dizerem-nos, sem se rirem, que o sistema está a 'funcionar em rede', funcionar em rede em fechar a obstetrícia, quando temos cada vez mais habitantes na Península de Setúbal, inclusivamente com o aumento da população imigrante. Aquilo que é dito é que as mulheres agora vão para o Hospital Garcia de Orta, mas o referido hospital também não tem condições físicas, esta é a solução que temos para as mulheres da Península de Setúbal? É importante que os autarcas se impunham nesta matéria, não podem ter medo de defenderem as mulheres e as pessoas que necessitam. Não podemos aceitar o elevado número de taxa de natalidade, como estamos a ter, isto é um



retrocesso civilizacional no Distrito de Setúbal. O Distrito de Setúbal tinha o orgulho nacional nesses dados reias, estávamos no topo mundial. Isto é inaceitável e os autarcas têm de bater o pé a esta situação, da má gestão da má gestão do Serviço Nacional de Saúde e do Hospital. Receio que o atual Conselho de Administração não tenha o perfil adequado, não ponho em causa a qualidade técnica das pessoas, mas o perfil para gerir em crise. Como vão pagar as dívidas? Existindo esta dívida, não há possibilidade de contratar médicos. Sou contra o modelo atual de gestão, considero que tem de existir um modelo de gestão profissional. Vou dizer algo politicamente incorreto, que partidos como o Chega são contra esta ideia, mas se continuarmos a pagar e a dar as condições aos administradores hospitalares, como estão a ser dadas, nunca teremos Administradores Hospitalares com qualidade, porque as pessoas com um bom perfil na área de gestão, têm melhores salários, e temos um bom exemplo, o Paulo Macedo, antigo Diretor-Geral dos Impostos, quando foi para a Autoridade Tributária, a AT era completamente arcaica, com sistemas informáticos completamente arcaicos e os colocou no século XXI, é um exemplo mundial. Exigiu um salário adequado, cerca de quinze mil euros, mas esse valor saiu-nos praticamente de graça, comparado com os resultados que obteve. Percebo que para quem ganha mil e duzentos euros, que não se pode pagar três mil euros ou quatro mil euros, percebo que isso é demagogia e que colhe votos. Mas sou completamente contra isso, porque se atirmos amendoins para o chão, o que colhemos são macacos. Precisamos de atrair os melhores para gerir as instituições portuguesas e temos excelentes universidades a formar gestores e economistas e muitos portugueses altamente qualificados no estrangeiro e precisamos de atrair essas pessoas para a Gestão Pública e só conseguiremos dando-lhes condições, designadamente, remuneratórias, e deixá-los gerir. Neste momento, temos má gestão, estes administradores hospitalares são muitas vezes nomeados por influências partidárias dos distritos e isto acontece em todos os setores e em todas as épocas. Não são escolhidos com base em critérios de mérito, não está em causa aqui pessoas que conheço e que respeito, mas temos de olhar para o povo e para o dinheiro que sai dos nossos bolsos. Pagamos impostos como nunca, este ano batemos recordes de cobrança fiscal, neste aspeto continuamos na mesma. Os portugueses têm de olhar para esta realidade e temos de perceber que, ou contratamos os melhores e mudamos o modelo ou não vamos a lado nenhum. Vamos continuar a discutir uns com os outros, mas 'em casa que não há pão, todos ralham e ninguém tem razão' e estes números dizem que não vamos ter melhorias e sou pessimista, quanto aos próximos meses e anos, algo substancial de lodo. Termino pedindo-lhe que,



enquanto nossa principal representante, bata o pé, denuncie esta situação e exija mudanças reais.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, disse: “Aliás, solicitei esta reunião porque recebo continuamente mensagens sobre esta situação. Ainda agora, enquanto estava aqui, recebi uma mensagem a informar que o serviço de obstetrícia do Hospital do Barreiro vai estar encerrado desde amanhã até ao dia cinco. Portanto, é este o estado a que chegou o nosso centro hospitalar. Ainda é mais grave quando ouço a Senhora Ministra da Saúde falar com uma displicência tal, que até parece que não é mulher, nem mãe, dizer que é “normal” nascer num corredor de um hospital que “isso sempre aconteceu”, que “é uma coisa normalíssima”, é inaceitável. Pois bem, eu tive três filhos e nenhum nasceu num corredor, não acho isso normal, acho anormal. Obviamente que podem ocorrer situações excecionais em que, por um motivo ou outro, o parto acontece antes de se conseguir chegar ao hospital, mas isso não pode ser a norma, o normal é haver condições devidamente asseguradas para que uma mulher tenha o seu filho com dignidade, num momento que é, como todas as mães sabem, doloroso, nas melhores condições. O Centro Hospitalar preocupa-nos. Preocupa-nos pela situação da obstetrícia, preocupa-nos pela questão das dívidas, porque também temos instituições do concelho que também têm dívidas com este hospital, e que começa a ser preocupante porque há muito tempo que não recebem as verbas. Isso gere com toda a sua administração, como é o caso dos bombeiros, entre outros casos. Além disso, preocupa-nos a forma como o Montijo está a ser tratado neste contexto. Por isso que queremos sensibilizar o Conselho de Administração para a importância de se encontrar respostas para estas questões. Relativamente ao que o Senhor Vereador referiu sobre os administradores hospitalares, estou totalmente de acordo, porque se as pessoas não forem devidamente remuneradas, não saem do setor privado para ir trabalhar para o público com os salários que se praticam. Quem acaba por ir para estas funções são, muitas vezes, pessoas com menos opções profissionais e salariais, é assim. A minha filha trabalha numa empresa privada na área dos recursos humanos e, muitas vezes, diz que não entende como é que a câmara consegue contratar pessoas com estes ordenados. Hoje em dia, os quadros técnicos bons que temos, porque temos uma geração muito qualificada não querem ficar na administração pública, preferem ir para grandes empresas ou para o estrangeiro. Os próprios médicos não querem ficar no Serviço Nacional de Saúde, e é por isso que estamos a viver esta situação. Não vale a pena, como o Senhor Vereador referiu, e bem, o populismo cresce com estas situações e eu compreendo que quem ganha o salário mínimo veja com maus olhos alguém a



ganhar aquele valor, por estar naquele cargo, mas se essa pessoa for competente, e estiver a gerir bem um hospital, então essa pessoa está a garantir que, quem ganha o salário mínimo, tem acesso a bons cuidados de saúde e é isso que temos de sensibilizar e fazer compreender aos cidadãos, temos de ter pessoas capazes nos diferentes órgãos e nas instituições. Irei reunir junto do Centro Hospitalar e da administração, também conheço a atual Presidente do Conselho de Administração, já da administração anterior, e terei oportunidade de lhe transmitir estas preocupações. Há ainda outra questão importante: não é só a competência dos administradores que conta, é também aquilo que lhes é dado para poderem trabalhar. As políticas públicas definidas a nível nacional têm um enorme impacto, porque, se a política pública não for orientada para reforçar e melhorar o Serviço Nacional de Saúde, então dificilmente uma administração hospitalar conseguirá cumprir os seus objetivos.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, referiu: “Fico muito satisfeito por ver que começamos a ter mais apoiantes do nosso Serviço Nacional de Saúde. Relativamente aos problemas que enfrentamos no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, vou dar aqui um exemplo ao Senhor Vereador João Afonso sobre como surgem os défices: todos os doentes oncológicos que estavam a ser acompanhados no Hospital Garcia de Orta estão agora a ser transferidos para o Centro Hospitalar Barreiro-Montijo. Isto acontece devido à classificação inferior que o Hospital do Barreiro tem, comparativamente ao Hospital Garcia de Orta. Ora, por cada doente oncológico, e sabemos que esses tratamentos são extremamente dispendiosos, o Hospital do Barreiro recebe, em média, menos duzentos euros a duzentos e cinquenta euros por doente, isto, ao fim de um ano, resulta num défice colossal. Não há gestor que aguarde uma situação destas, nem o Paulo Macedo, porque esse défice é crónico do sistema. O que estão a fazer ao Hospital do Barreiro é conduzi-lo à falência com este tipo de decisões políticas. Temos de estar atentos. Este fim de semana, por exemplo, vamos ter nove urgências encerradas, nove! Eu não sei se as nossas grávidas vão ter de ir a Coimbra, a Leiria ou, se calhar, é melhor irem a Espanha e isto resulta das políticas que têm vindo a ser adotadas nos últimos anos. Quando dizemos que os gestores devem ser bem pagos, mas os médicos também devem ser bem pagos, os enfermeiros, os auxiliares, todos, o problema passa por isto, não podemos estar sempre a falar só de um grupo, todos são essenciais e todos devem ser justamente remunerados. Isto não é apenas um problema de gestão, é um problema de políticas públicas, porque, para termos uma boa gestão, temos de ter também bons profissionais a todos os níveis e isso exige valorização. Falamos disto há anos, e agora começam a ver-se os resultados



dessas políticas. Dizem que temos uma ‘cassete’, podemos ter uma cassete, mas temos a razão, porque aquilo que tem sido feito é sempre o contrário do que devia ser feito. É preciso ir à raiz do problema, não continuar com medidas paliativas. A atual Ministra da Saúde anda completamente desorientada, nunca sabe ao certo o que está a fazer. Os resultados estão à vista: aumento da mortalidade infantil, mulheres a ter filhos em ambulâncias e em corredores de hospitais. Esta é a realidade criada por esta política, e também pela do governo anterior, que cometeu erros semelhantes, não se pode escamotear, porque os interesses dos privados têm sido, sistematicamente, colocados à frente do interesse público e do Serviço Nacional de Saúde, esse é o verdadeiro problema. Tem havido um desinvestimento claro, puro e duro, no SNS, em favor do setor privado, cerca de 50% do orçamento da saúde vai para os privados. Se tivéssemos investido em equipamentos, nos profissionais, médicos, enfermeiros, auxiliares, se lhes dássemos as condições que merecem, hoje teríamos um Serviço Nacional de Saúde a funcionar como funcionava antes e que era o nosso orgulho. Chegámos a ter o sexto melhor serviço de saúde do mundo. E agora? Onde estamos? Já nem vale a pena dizer. Cada vez estamos a regredir mais.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Pedi a palavra porque, de facto, há pouco cometi um lapso e gostaria de o corrigir. A reunião na Atalaia, à qual me referi anteriormente, não foi em dezembro, mas sim no dia 18 de outubro de 2023. A proposta em causa está identificada na agenda como sendo a número 809, mas, na documentação da proposta em si, surge como número 810. O que está descrito é o seguinte: “Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa, aprovação do preço base, decisão de escolha do procedimento, aprovação das peças do procedimento, designação do júri do procedimento e designação do gestor do contrato. - LOCAL: Concelho do Montijo - OBRA: Construção da Ciclovia de ligação Atalaia-Montijo.”, com um valor base de duzentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta euros e a proposta foi aprovada por unanimidade e pode ser consultada no site da Câmara Municipal.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino recordou que a proposta que referia foi em 19 de junho de 2024, a mesma foi aprovada já como Presidente em exercício, que foi a Aprovação do protocolo com o IP (Infraestruturas de Portugal) para a desclassificação da Estrada Nacional. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, eu referi-me sempre à questão da reunião na Atalaia e foi



precisamente esta a proposta que aprovámos, porque lembro-me perfeitamente dessa reunião. Recordo-me, inclusivamente, de comentar com o meu camarada de bancada, quando o Senhor Presidente apresentou a proposta e disse que não tinha parecer do IP de ter comentado: “Eu não estou a acreditar no que estou a ouvir! Estão a apresentar esta proposta e não têm o parecer do IP, sendo uma estrada nacional.”. Portanto, em dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade uma proposta, com valor base de duzentos e cinquenta mil euros, para a construção da ciclovía da Atalaia, que foi mera propaganda política. A Senhora Presidente, ainda que não fosse presidente à data, mas fazia parte do executivo, e por isso não pode agora dizer que não tem nada a ver com isso, que só fala daquilo que diz respeito. A verdade é que, em outubro de dois mil e vinte e três, e aqui reconheço o meu lapso ao referir dezembro, foi aprovada na Atalaia uma proposta que, volto a repetir, foi mera propaganda que não estará concluída até ao final do mandato, e à data da aprovação, sabia-se perfeitamente que não havia condições sequer para levar essa proposta a reunião de Câmara, ainda assim, fizeram-no. Iludiram a população da Atalaia, e julgo que essa população sabe perfeitamente disso, porque, hoje em dia, a ciclovía continua por fazer.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino referiu que, após a resposta do IP, a obra poderá ser lançada, uma vez que já foi aprovada toda a documentação necessária. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, leu uma **declaração**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Dia Internacional do Trabalhador -----

1.º de Maio -----

No primeiro dia do ano contabilístico comercial nos Estados Unidos a 01 de maio de 1886, cerca de meio milhão de trabalhadores, encabeçaram uma greve e manifestaram-se pacificamente em Chicago, para exigir os seus direitos. -----

Até esta data os trabalhadores eram apenas mão-de-obra, que nada exigiam, nesta manifestação que ceifou a vida a muitos, exigia-se a jornada de 8 horas.

A 2ª. Internacional Socialista realizada em Paris, em homenagem aos operários que tombaram na luta pelos seus direitos, na Greve Geral de Chicago, decretou o dia 1 de maio como dia do Trabalhador. -----

A luta dos trabalhadores, não encontra na maioria das vezes a resposta pretendida e apenas a 23 de abril de 1919, o senado Francês retificou as 8 horas de trabalho e proclamou o primeiro de maio como feriado. -----

Em Portugal o Estado Novo silenciou e reprimiu sempre a luta dos trabalhadores, oprimindo pescadores, corticeiros, telefonista, bancários,



trabalhadores dos carris e da CUF, que se manifestavam exigindo direitos laborais. -----

No 1.º de Maio de 1962, em Portugal, ninguém conseguiu calar a revolta dos assalariados agrícolas dos campos do Alentejo. -----

Foram dias, foram anos de luta surda contra os regimes e contra o patronato que oprimia os trabalhadores. -----

Abril chegou! -----

A esperança renasceu em cada homem, em cada mulher num Portugal novo e no 1.º de Maio de 1974, o povo saiu à rua e, em voz alta exigiu os direitos que até aqui lhe tinha sido quartado. -----

51 anos passaram sobre o dia da maravilhosa moldura humana que ocorreu em várias cidades do País. -----

Os trabalhadores gozam hoje de direitos e deveres e de organizações sindicais que os representam e exigem os seus direitos. -----

Mas, ainda há muito por fazer não só ao nível salarial, mas também a necessidade de novas respostas para velhos e novos problemas que afetam a classe trabalhadora. -----

Neste primeiro de maio de 2025, continuaremos a lutar pelos direitos dos trabalhadores. -----

Viva o 1.º de Maio!”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, referiu: “Era apenas para dar nota de que, no município do Montijo, através de S.Energia, num dos programas que foram aprovados, já estão a ser instalados equipamentos para medir e monitorizar a qualidade do ar nos vários edifícios públicos dos quatro municípios que integram S.Energia, nomeadamente, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete.”. -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, disse: “A conversa foi muito extensa e longa, e eu gostaria de ter partilhado com vocês algumas ideias. De facto, é unânime as questões organizacionais, mas eu estudei o estudo Caso de Paulo Macedo, com o professor Roberto Carneiro, e tive alguns autores, passados pelo professor Roberto Carneiro, e sem dúvida, que há realmente um problema de organização e um problema organizacional. Sem dúvida que as pessoas têm que ser bem pagas, e os administradores também, mas, num tudo, de tudo o que aprendi e até com o caso de duas pessoas que considero bastante de direita, o Paulo Macedo e o seu caso de sucesso deveu-se à integração da digita, ou seja, ele conseguiu implementar o nosso sistema de gestão informática nas finanças, esse foi o grande sucesso de Paulo Macedo. O que Paulo Macedo fez foi um diagnóstico, e não se consegue fazer nada sem diagnóstico, e ao que me parece, ao nível da saúde, quer ao nível das



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

organizações e da gestão da política pública, é que ninguém faz diagnóstico. Indo ao encontro do que o Vereador João Afonso falou, eu também concordo com o professor Mira Amaral e o que diz, e bem, é que os sucessivos governos, tanto do PS como do PSD, têm vindo cada vez mais a adquirir pessoas para trabalhar por conveniência política, e não pessoas com qualificações. O Mira Amaral deu, inclusivamente, nesta mesma entrevista que também assisti, alguns exemplos práticos do seu trabalho, da rede e do trabalho pessoal junto daquilo que era a necessidade, ou seja, como engenheiro, estava diretamente a ver aquilo que estava a ocorrer em direto na rede. Voltando ao Paulo Macedo, também, o Paulo Macedo, era um pouco isso, sendo que o mesmo foi a cada unidade orgânica das finanças e diagnosticou tudo o que era necessário. Agora faço aqui uma pequena ligação à informação que gostaria de vos dar: quando cheguei a este executivo, de facto, sobejamente, aqui nestas reuniões, apareceu sempre a questão da violência nas ruas à noite e a questão dos gangues de que se falava tanto. Em conjunto com a equipa Tutelar Educativa de Lisboa Sul e Setúbal, a quem desde já agradeço o contacto e o trabalho que nos têm proposto, e que estamos a desenvolver, com esta equipa, um trabalho conjunto com a Câmara Municipal. Esta equipa tutelar educativa que da Direção Geral dos Serviços de Reabilitação e Serviços Prisionais, veio propor em conjunto com a câmara, identificamos, na comunidade escolar do Montijo, problemas graves associados à delinquência juvenil, e confrontados com esta realidade, uma realidade única, com características muito próprias, porque não é uma delinquência que se associe apenas à falta de recursos ou a crianças problemáticas, como se tem sempre essa ideia. Há jovens, até bastante bem relacionados em termos familiares, que são do Montijo. Confrontados com esta realidade nova, grupos de recrutamento para práticas de violência e roubos, através de incitamentos feitos nas redes sociais, esta é uma realidade nova para até mesmo para os serviços prisionais e outras entidades que lidam com estas questões. Criaram um clima de insegurança e medo na comunidade escolar do Montijo, levando também à criminalização precoce de jovens do nosso concelho, comprometendo o seu futuro e os seus objetivos. Assim, criamos uma rede de trabalho cujo o objetivo de propor um projeto formativo, orientado pela equipa tutelar educativa Lisboa Sul e Setúbal, coordenada pela Doutora Anabela Rodrigues e a Doutora Rita Abreu, da Direção Geral de Reabilitação e Serviços Prisionais. Iniciámos um conjunto de reuniões em primeiro lugar com a PSP e a GNR, que são quem conhece o terreno e o território, com a parceria da DGRSP e com os professores, neste caso com os diretores de agrupamento de escolas. Nesta reunião, diagnosticámos e identificámos, a polícia se recusou a partilhar toda a informação. Ainda assim, houve um trabalho de rede feito e



foi feito um diagnóstico e um dos principais problemas identificados é o desconhecimento, a formulação dos procedimentos que os professores e pais devem ter, para que estes jovens não cheguem à necessidade de serem entregues às equipas tutelares educativas. Este é um trabalho que se pretende fazer junto da comunidade docente. As professoras rececionaram muito bem e o que aconteceu foi que, hoje, foi feita a primeira ação de formação, cujo objetivo, de facto, é capacitar o pessoal docente para intervir no âmbito dos processos disciplinares, de processos tutelares educativos e de crime, ministrar conhecimentos referentes ao funcionamento e articulação com o sistema judicial. Esta equipa tem como um dos seus objetivos desmistificar os preconceitos que existem à volta dos recursos e do sistema judicial, para criar uma alternativa para estes jovens, porque, ainda que dentro de um sistema já bastante fechado, há alternativas. As comunicações feitas hoje, esta formação, foram constituídas por uma advogada da Delegação da Ordem dos Advogados do Barreiro, um juiz de direito do Tribunal de Família e Menores do Barreiro, da equipa tutelar educativa Lisboa Sul e Setúbal, com intervenção da GNR e da PSP, associadas à escola segura, que articula com a comunidade. Tivemos também a presença da intervenção do Ministério Público, do DIAP, com a Procuradora da República do Tribunal de Família e Menores do Barreiro. Esta equipa disponibilizou-se para estar junto da comunidade docente hoje, aqui no Montijo. Quero agradecer a todas estas entidades que estão, neste momento, a trabalhar connosco, e penso que, acima de tudo, o que se fez hoje, além de explicar as questões sobre o processo disciplinar, nas várias fases, o que é o processo tutelar educativo, como a escola segura pode intervir, as medidas legais de aplicação, foi, sobretudo, criar uma rede de apoio. Ou seja, desmistificar todas estas questões para o pessoal docente, mas acima de tudo criar algo, que não existia, até ao momento, que é uma rede de palavra, permitir que as pessoas se conheçam, que os professores possam conhecer estas entidades na primeira pessoa para saberem onde se dirigir e como, porque, no diagnóstico que fizemos entre as várias entidades, percebemos que há um grande afastamento entre as várias fases deste processo e quando se tenta fazer algo por estes jovens, já é tarde demais, porque já passaram para o sistema prisional, já têm dezoito anos, e aí já não há nada a fazer. De facto, esta equipa trouxe uma ideia muito interessante, já está a ser ministrado este projeto no Barreiro, e, de facto, em 80% dos casos, são casos de sucesso. Consegue-se tirar estes jovens das redes de violência e resolver os problemas junto das famílias. São equipas multidisciplinares, com apoio psicológico, ação social, e acima de tudo, a boa vontade destas duas mulheres, que é desenvolver este projeto.”. -



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, deu conhecimento dos **Despachos** proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas, relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre **14 de março de 2025 e 24 de abril de 2025: Licenças Administrativas: 1; Informações Prévias: 4; Alterações: 1; Certidões: 2; Loteamentos: 2.** -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, deu conhecimento dos **Despachos** proferidos em **28 de abril de 2025** respeitantes a requerimentos de assuntos de cemitérios da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, submeteu à apreciação a **ATA N.º 09/2025**, referente à **reunião ordinária desta Câmara Municipal de dezasseis de abril do ano de dois mil e vinte e cinco**, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada com três votos a favor do PS e duas abstenções da CDU*. -----

O Senhor **Vereador João Manuel Pereira Afonso (PSD)** não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

O Senhor **Vereador Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)** não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, propôs a admissão de uma proposta a discussão e votação não constante da ordem do dia referente a **“Criação de um estabelecimento de ensino no ano letivo 2025/26, com tipologia de quatro salas de 1º ciclo e 3 salas de educação pré-escolar, designado EB Montijo Oriente”** da **Unidade Orgânica: Divisão de Educação**, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 21.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. O órgão executivo reconheceu a urgência da proposta e deliberou por unanimidade a inclusão da mesma, pelo que lhe foi atribuído o **n.º 1543/2025**. -----

Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----



----- ORDEM DO DIA -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

1- PROPOSTA N.º 1536/2025 - PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA -----

Considerando que: -----

1. O Município do Montijo tem vindo a desenvolver políticas de estratégia ambiental que beneficiem o munícipe também na área da mobilidade. O conceito de mobilidade eficiente, está cada vez mais impresso no nosso quotidiano, onde se verifica a necessidade de dispor condições e escolhas de acessibilidade aos locais de trabalho, ensino, bens e serviços públicos e lazer, em muito vantajosos quer para o ambiente quer para o utilizador; -----

2. A Câmara Municipal de Montijo tem vindo a implementar medidas e infraestruturas para a promoção de uma mobilidade mais sustentável e eficiente. A criação de uma rede ciclável de âmbito geral, que liga os principais pontos de interesse da cidade, interfaces de transportes públicos, e que unifica o território por si, e também aos concelhos vizinhos, tem sido a grande aposta na área da mobilidade; -----

3. O Município de Montijo encontra-se a desenvolver um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que desenhará uma estratégia em matéria de gestão e planeamento da mobilidade para o seu território. -----

4. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) é um documento estratégico que visa a melhoria da acessibilidade e mobilidades intermodais, permitindo uma harmonização entre os diversos modos de transporte e o desenvolvimento urbano, garantindo a melhoria da qualidade de vida e uma mobilidade mais sustentável; -----

5. O PMUS tem como objetivos fundamentais, por um lado, caracterizar o cenário atual das acessibilidades e mobilidade na área de intervenção, e por outro, definir o enquadramento orientador que permita o desenvolvimento futuro e a implementação de uma política integrada de mobilidade urbana; ---

6. Os objetivos gerais do PMUS pretendem melhorar a integração do planeamento de transportes com outros instrumentos de planeamento; melhorar o desempenho ambiental do sistema de transportes, estimular os transportes públicos, através da melhoria da qualidade do serviço, reduzir volumes de tráfego motorizado, em particular do transporte individual, reduzir a poluição atmosférica, o ruído, as emissões de gases e contribuir para o reforço da atratividade e qualidade do ambiente urbano, entre outros; -----

7. No âmbito do desenvolvimento do PMUS foi necessário solicitar à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) informação sobre os acidentes ocorridos, com e sem vítimas (a 30 dias), reportado aos últimos cinco anos; ---



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

8. A ANSR é a entidade que tem os dados da sinistralidade rodoviária atualizados e passíveis de serem disponibilizados para efeitos de análise. Sendo; igualmente, a entidade que assume o planeamento e coordenação a nível nacional em matéria de segurança rodoviária; -----

9. A ANSR disponibilizou parte da informação solicitada. Contudo, para cedência da totalidade da informação, propõe a celebração de Protocolo para a Partilha de Dados entre o Município do Montijo e a ANSR, justificando o uso de dados pessoais na cedência de coordenadas dos acidentes; -----

10. A análise da sinistralidade rodoviária é um dos capítulos mais relevantes do PMUS Montijo e que o referido protocolo permitirá a obtenção e troca de mais informações, a disponibilizar por ambas as partes, que beneficiarão o planeamento e a execução de outros documentos estratégicos futuros, a que acresce a candidatura metropolitana para os Territórios Inteligentes. -----
Considerando ainda que: -----

11. A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), reveste a natureza de serviço central da Administração direta do Estado, cuja missão reside no planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária; -----

12. No âmbito das suas atribuições, a ANSR procede ao estudo e análise das causas e fatores intervenientes nos acidentes rodoviários, em articulação com entidades fiscalizadoras, e propõe a adoção de medidas que visam o ordenamento e disciplina do trânsito e, bem assim, medidas corretivas a apresentar às entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas rodoviárias; -----

13. O Município do Montijo, é uma pessoa coletiva de direito público, de carácter territorial, com competências de sinalização das vias públicas e ordenamento do trânsito, com vista, entre outras, à promoção da segurança rodoviária e à eliminação de fenómenos promotores de sinistralidade; -----

14. A informação de sinistralidade rodoviária na posse da ANSR assume-se como fundamental para a análise a efetuar no que diz respeito à eliminação de fatores promotores de sinistralidade e que a informação detida pelo Município, relativa aos aspetos infraestruturais, assume relevância para estudo e análise das causas e fatores intervenientes nos acidentes de rodoviários, in casu, dentro das vias sob gestão municipal; -----

15. A ANSR, no desempenho da sua missão, encontra-se comprometida com a Visão Zero 2030®, cujo objetivo concretiza-se na redução em 50% do número de vítimas mortais e feridos graves até 2030 (face aos valores de 2019), e alcançar a redução a zero até 2050. -----



16. A Visão Zero 2030® é um desígnio ambicioso que reflete um esforço comunitário em prol da adoção das melhores práticas em matéria de segurança rodoviária e que depende de um alinhamento e compromisso efetivo a nível nacional, sendo que o papel ativo e o contributo dos municípios são de importância fundamental. -----

17. O presente instrumento destina-se a habilitar uma abordagem coordenada e integrada que maximiza os recursos disponíveis e potencia a eficácia das intervenções, contribuindo decisivamente para a redução da sinistralidade nas vias sob gestão municipal, designadamente através da disponibilização de informação relativa à sinistralidade rodoviária. -----

18. A articulação e a cooperação entre os dois organismos, num contexto de eficiência na utilização de informação que cada um possui, e de recursos técnicos e humanos especialistas em áreas fundamentais, constituirão um contributo relevante na disponibilização das condições necessárias à concretização das atribuições de cada um no que respeita à segurança rodoviária; -----

19. Ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do Município, dispõe de competências para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central. -----

Em face do que antecede, PROPÕE-SE QUE, o Executivo Municipal delibere: ---

1. APROVAR a celebração do protocolo, nos termos e condições constantes da minuta, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, e que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; -----

2. CONFERIR à Senhora Presidente da Câmara os necessários poderes para celebrar o referido protocolo. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, leu uma **informação**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores Vereadores -----

A Câmara do Montijo está a elaborar um Plano de Mobilidade Sustentável (PMUS), o qual vai gizar uma estratégia de planeamento e gestão da mobilidade, no nosso território. -----

O PMUS visa, entre outras coisas, integrar o planeamento do sistema de transportes com outros instrumentos de planeamento, estimular o uso de transporte público e reduzir o uso de transporte individual. -----



Para a elaboração do Plano, os técnicos necessitam de ter acesso a dados sobre a sinistralidade rodoviária no concelho do Montijo, pelo que os solicitaram à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. -----

Considerando que o Regulamento geral de Proteção de Dados Pessoais, veio impor limitações à partilha e tratamento de dados, este organismo só aceita disponibilizar essa informação no âmbito de um protocolo, que assegure a posição das duas partes, e garanta que as operações de tratamento de dados são feitas em cumprimento da legislação aplicável. -----

É esse o Protocolo que colocamos à consideração dos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora. Basicamente, estão aqui tratadas questões de natureza técnica e até jurídica, como sejam, o tipo de dados que serão disponibilizados e a garantia de respeito de deveres que decorrem do RGPD e da Lei de Execução, como a proibição de partilha de dados e o dever de confidencialidade no seu tratamento. -----

A proposta de protocolo partiu da ANSR e foi analisada pelo Encarregado de Proteção de Dados do Município que verificou a sua conformidade. Estes procedimentos são habituais quando se solicitam dados a organismos públicos, sobretudo na órbita do Estado Central. -----

Ao Município, não é imposto nenhum dever que já não resultasse da Lei, nem nenhum encargo desproporcional. Por isso, entendemos que se justificava celebrar o Protocolo, já que é o único modo de os nossos técnicos acederem a estes dados, e prosseguirem o trabalho de elaboração do PMUS.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Ficamos satisfeitos com a apresentação desta proposta, até porque fomos nós que sugerimos a criação do referido Plano de Mobilidade Sustentável, que a câmara está agora a desenvolver. Estamos satisfeitos nesse sentido e consideramos que este protocolo é uma das peças essenciais para o desenvolvimento desse plano. Por isso, iremos votar favoravelmente.”. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

II - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1- PROPOSTA N.º 1537/2025 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE PESADOS) -----

Considerando que: -----

- Nos últimos anos houve um decréscimo de Assistentes Operacionais - Motoristas de Pesados no Setor de Higiene Urbana, pelos mais diversos motivos,



designadamente, aposentações, mobilidades para outro setores e saída de trabalhadores para outras entidades através de procedimento concursal; -----

- As funções desempenhadas por estes trabalhadores são fundamentais, na medida em que são os responsáveis pela condução dos veículos pesados de recolha de lixo grosso e molok's bem como de outras máquinas de limpeza dos espaços públicos; -----

- O processo de recolha de Biorresíduos implica o reforço de motoristas no setor de higiene urbana, com competências para a condução de veículos pesados; --

- É fundamental garantir a higienização dos espaços públicos, promovendo, assim, o bem-estar da população e a manutenção da saúde pública; -----

- No último procedimento concusal, aberto em 2024, apenas conseguimos recrutar 2 motoristas, o que se revelou um número insuficiente de trabalhadores para colmatar as necessidades do setor; -----

- Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP o órgão ou serviço pode recrutar trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, desde que esse recrutamento esteja nos limites contemplados no Plano de Recrutamento; ----

- Os lugares a ocupar estão previstos no Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para o ano 2025; -----

- Os encargos inerentes à ocupação dos postos de trabalho em causa estão contemplados no orçamento para o ano 2025. -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para abertura de procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, cumprindo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual, para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Motorista de Pesados). -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu: “Andamos recorrentemente com uma candeia à procura de motoristas de pesados é, de facto, uma ‘espécie’ em vias de extinção no setor público. Isto é importante que as pessoas percebam que um motorista de pesados, neste contexto, recebe o salário mínimo nacional, e pouco mais. Tenho vários clientes nesta área, empresas de média dimensão a nível nacional que fazem transporte de mercadorias, e mesmo oferecendo salários de mil e quinhentos euros, ou até mais, têm dificuldades em contratar motoristas. Quando os municípios oferecem metade disso, não sei o que se espera. Estamos novamente a falar da necessidade de reestruturação e de reformas profundas no Estado, porque



assim não vamos lá. Tenho sérias dúvidas que apareçam muitos, ou então são pessoas que, enfim, não me parece que sendo profissionais muito qualificados, até porque há muita procura por parte das empresas privadas, e nem é preciso ser para transporte internacional, basta o nacional. Não sei como é que alguém vem ganhar metade do ordenado, daquilo que ganharia no privado. Talvez sejam beneméritos que prestam assistência social à Câmara Municipal de Montijo.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Começo a ficar muito satisfeito com o senhor Vereador João Afonso, até estou a pensar que, se calhar, ainda vai acabar por votar na CDU! Porque temos vindo a levantar todos estes problemas e mais alguns, porque o que aconteceu foi que acabaram com as carreiras na função pública, fizeram uma reforma completamente contrária àquilo que era necessário, e agora chegamos a este ponto. Já debatemos isto aqui várias vezes, por isso é que os concursos ficam desertos. Agora temos de ir ao fundo da questão, senhor Vereador, falar é muito bonito, mas é preciso ir à raiz do problema. De quem é a culpa disto? A culpa é do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que têm governado este país e feito todas estas malfeitorias. Depois, claro, temos aqui conversas muito bonitas para o exterior, mas isto é o populismo. Nós sabemos perfeitamente que só um trabalhador que esteja mesmo muito necessitado é que aceita vir para aqui. Aliás, sabemos bem que muitos motoristas portugueses foram para Inglaterra, para a Bélgica, porque os salários cá são muito baixos. Agora, com o ordenado mínimo, vamos conseguir motoristas de pesados? É muito difícil.”.

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia informou: “Temos realizado vários procedimentos concursais e, de facto, não é fácil encontrar pessoas. Os procedimentos esgotam-se logo na primeira fase, mas isso não significa que não devamos continuar a abri-los, precisamos das pessoas. Esta é a realidade, independentemente de quem seja a culpa é com esta realidade que temos de trabalhar.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu: “Tenho ouvido com muita atenção o senhor Vereador da CDU. Confesso que não sabia que o Marxismo-Leninismo era especialista em economia e sucesso, não conheço nenhum caso assim, mas pronto, estamos sempre a aprender. Se me der algum exemplo concreto disso, até sou capaz de aderir.”. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----



Handwritten signature
H. Almeida

III - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----

1- PROPOSTA N.º 1538/2025 - APROVAÇÃO DA SEGUNDA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA, PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS (AE) DO MONTIJO, DO MONTANTE NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAQUELE AE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MONTIJO, ABRANGIDOS POR MEDIDAS ESPECIALIZADAS DE APOIO À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO, NO ANO LETIVO 2024/25 -----

Como é do conhecimento de V. Exas., a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto veio estabelecer o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. -----

Na área da educação, a concretização da transferência de competências efetuou-se através de diploma setorial, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março, e alterado pela Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, pela Lei n.º 2/2020 de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto, pelo Decreto-lei n.º 16/2023 de 27 de fevereiro e fevereiro e pelo Decreto-lei n.º 125/2023 de 26 de dezembro. -----

CONSIDERANDO QUE: -----

- O Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, estabelece a correspondência entre as competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens em idade escolar. Por conseguinte, os órgãos municipais passaram a exercer competências de organização e gestão de procedimentos anteriormente exercidos pela Administração Central, designadamente o transporte de alunos com necessidades específicas individuais que não podem utilizar os transportes regulares ou os transportes escolares. -----

- Decorrido o período de concretização gradual do quadro de transferência de competências na área da educação, foi publicada a Portaria n.º 9/2023 de 4 de janeiro, a qual veio determinar a forma de cálculo do montante da transferência da componente do Fundo de Financiamento de Descentralização (FFD) relativa aos transportes acima mencionados, cujo custo, em cada ano letivo, varia em função do número de alunos matriculados, por município, que necessitam e recorrem a estes apoios em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada. -----

- O n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, consagra a faculdade de delegação legal das competências transferidas para os municípios nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas ou Escolas não agrupadas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

- A delegação de competências configura um instrumento privilegiado de gestão que propicia a redução de circuitos e uma gestão mais célere e desburocratizada. -----

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, especificamente do n.º 3 do artigo 32.º, da alínea d) do artigo 36.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 44.º e do artigo 46.º, e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), a Sra. Presidente da Câmara determinou que sejam delegadas algumas competências próprias em matéria de gestão de recursos humanos e subdelegadas algumas competências da Câmara Municipal, em matéria de gestão de instalações integradas no património municipal ou colocadas, por lei, sob administração municipal e em matéria de transporte escolar, na Diretora do Agrupamento de Escolas (AE) do Montijo, através de Despacho Delegatório e Subdelegatório de Competências assinado no dia 1 de agosto de 2024. -----

- Uma das competências subdelegadas na Diretora do AE do Montijo refere-se à contratação de circuitos especiais de transporte ou de transporte individualizado para alunos residentes no município de Montijo, abrangidos por medidas especializadas de apoio à aprendizagem e à inclusão, nos termos do artigo 25.º, n.º 3, do Decreto-lei n.º 55/2009 de 2 de março, mediante a correspondente transferência financeira pela Câmara Municipal. -----

- Os montantes financeiros já transferidos para o efeito, por esta Autarquia, para o AE Montijo, mediante Proposta aprovada por esta Câmara Municipal em 2024/08/07, revelam-se insuficientes para continuar a fazer fase aos encargos com os referidos serviços de transporte no presente ano letivo, tendo em conta que, posteriormente àquela data, o referido Agrupamento recebeu mais alunos beneficiários deste tipo de transporte. -----

PROPONHO a V. Exas. a aprovação do pagamento imediato, ao AE do Montijo, do montante de 29.079,12€ (vinte e nove mil e setenta e nove euros e doze cêntimos), o qual se destina a continuar a assegurar os encargos com a contratação dos referidos circuitos especiais de transporte escolar no ano letivo 2024/25. -----

A Diretora do AE do Montijo deverá continuar a justificar os montantes financeiros recebidos da Câmara Municipal, para efeitos de exercício da referida competência subdelegada, através da remessa mensal, para a Autarquia, de cópias das faturas relativas à execução da correspondente despesa e de cópias dos respetivos comprovativos de liquidação. -----

CÓDIGO ANO/TIPO/PROJETO: 0502 2025 A 67 -----



René

CÓDIGO ORÇAMENTAL: 05/04050103 -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

IV - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA, JUVENTUDE E DESPORTO -----

1- PROPOSTA N.º 1539/2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO LIONS CLUBE DO MONTIJO, DO VALOR DA BILHÉTICA DO ESPETÁCULO “X GALA SOLIDÁRIA”, REALIZADO NO CINEMA-TEATRO JOAQUIM D’ALMEIDA, NO DIA 13 DE ABRIL 2025 -----

Considerando que: -----

1. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----

2. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

3. O Município de Montijo assume como linhas de atuação a criação de condições para a manutenção de práticas culturais e pedagógicas associadas à atividade cultural, bem como à organização de eventos dando a conhecer o papel das mais diversificadas manifestações artísticas, culturais e religiosas na vida local, introduzindo inovação e interação entre as diversas entidades, com vista à captação de novos públicos; -----

4. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Culturais e Promoção da Cultura da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “apoio aos agentes culturais externos (instituições, movimento associativo, e sociedade civil) que desenvolvam a sua atividade cultural e recreativa no Concelho criando as condições para garantir o envolvimento da comunidade” e “acolher diferentes manifestações culturais provenientes dos agentes culturais locais, que pelo manifesto interesse para o Município merecem acolhimento, criando as condições artísticas, técnicas e logísticas para a sua plena concretização”, ao abrigo das alíneas h) e m), constantes do artigo 24.º do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março de 2024; ----

5. O espetáculo supracitado enquadrou-se em critérios de qualidade, pelo que é de elementar importância o apoio e a colaboração com a entidade envolvida enquanto agente parceira no processo de desenvolvimento local. -----

PROPÕE-SE QUE: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Lions Clube do Montijo, no montante de 1.216,98€ (Mil duzentos e dezasseis euros e noventa e oito cêntimos), correspondente ao valor da bilhética do espetáculo “X Gala Solidária”, realizado no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida, no dia 13 de abril 2025. -----

2. A presente deliberação respeite o disposto no art.º 56.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

3. Notifique-se o Lions Clube do Montijo. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1540/2025 - APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR E A OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DO MONTIJO E A ORDEM BENEMÉRITA DE SANTA ISABEL DE PORTUGAL - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, REFERENTE À CEDÊNCIA DA SALA PRINCIPAL DO CINEMA TEATRO JOAQUIM D’ALMEIDA, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO SOLIDÁRIO “DANÇAR PELO BERÇO”, NO DIA 31 DE MAIO 2025 -----

Considerando que: -----

1. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----

2. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

3. O Município de Montijo assume como linhas de atuação a criação de condições para a manutenção de práticas culturais e pedagógicas associadas à atividade cultural, bem como à organização de eventos dando a conhecer o papel das mais diversificadas manifestações artísticas, culturais e religiosas na vida local, introduzindo inovação e interação entre as diversas entidades, com vista à captação de novos públicos; -----

4. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Culturais e Promoção da Cultura da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “apoio aos agentes culturais externos (instituições, movimento associativo, e sociedade civil) que desenvolvam a sua atividade cultural e recreativa no Concelho criando as condições para garantir o envolvimento da



comunidade” e “acolher diferentes manifestações culturais provenientes dos agentes culturais locais, que pelo manifesto interesse para o Município merecem acolhimento, criando as condições artísticas, técnicas e logísticas para a sua plena concretização”, ao abrigo das alíneas h) e m), constantes do artigo 24.º do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março de 2024; ----

5. A Ordem Benemerita de Santa Isabel de Portugal - Associação Cultural, instituição associativa, com o contribuinte 516 384 090 e sede na Rua Prista Monteiro n.º 13 B, Freguesia de Carnide, Lisboa, 1600-729, solicita a sala do Cinema Teatro Joaquim D’Almeida para a realização do evento “Dançar pelo Berço” - Evento Solidário para a “Ajuda de Berço”, cuja receita reverte para a Associação “Ajuda de Berço”, no dia 31 de maio de 2025; -----

6. A Ordem Benemerita de Santa Isabel de Portugal - Associação Cultural pretende realizar este evento solidário em parceria com a Dance Fusion - Academia de Dança; -----

7. Os custos da utilização e cedência deste espaço totalizam o valor de €1.849,96 (mil oitocentos e quarenta e nove euros e noventa e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, calculado com base nos valores constantes no Regulamento de Tarifas do Município do Montijo em vigor, para o período compreendido entre as 16h00 e as 00h00 do dia 31 de maio de 2025. -----

Presente ainda: -----

1. Que no disposto do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento e tabela de tarifas do Município de Montijo “estão sujeitos ao pagamento de tarifas as entidades e os particulares que pretendam adquirir ao Município do Montijo bens e serviços...”;

2. Que no mesmo preceito regulamentar, estabelece o n.º 2 do artigo 4.º que por “deliberação da Câmara Municipal do Montijo, devidamente fundamentada, podem ser criadas novas isenções”; -----

3. O n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento e tabela de tarifas do Município de Montijo que “as isenções e as reduções de tarifas respeitantes à utilização de equipamentos sociais, culturais e desportivos municipais por parte de entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, constam obrigatoriamente de Protocolo de Colaboração a celebrar nos termos previstos na legislação especialmente aplicável”. -----

PROPÕE-SE QUE: -----

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar o protocolo de colaboração, a celebrar e outorgar entre o Município de Montijo e a Ordem Benemerita de Santa Isabel de Portugal - Associação Cultural, anexo à presente deliberação e



cujo teor se dá por integralmente reproduzido nesta sede para todos os devidos e legais efeitos. -----

2. A presente deliberação respeite o disposto no art.º 56.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

3. Delibere igualmente conceder os apoios não financeiros enumerados na minuta do Protocolo de Colaboração que se anexa. -----

4. Notifique-se a Ordem Benemérita de Santa Isabel de Portugal - Associação Cultural. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

V - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

1- PROPOSTA N.º 1541/2025 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA; OBRA: “RECUPERAÇÃO DA CHAMINÉ DA MUNDET”; PROCESSO: F-34/2023 -----

- A empreitada de “Recuperação da Chaminé da Mundet” foi adjudicada à firma RKESA, Lda., pelo valor de 178.299,49 € (cento e setenta oito mil duzentos e noventa e nove euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por deliberação da Câmara Municipal do Montijo, tomada na reunião de 10 de abril de 2024 e por um prazo de 180 dias. -----

- A adjudicação foi efetuada no âmbito do Código dos Contratos Públicos na sua atual redação. -----

- A consignação dos trabalhos foi assinada em 17 de maio de 2024. -----

Considerando que: -----

- Os trabalhos da empreitada em causa não foram concluídos no prazo dos 180 dias previstos inicialmente. -----

Foi concedida uma primeira prorrogação de prazo de 150 dias em que 60 dias o foram a título legal, de 13/11/2024 a 11/01/2025, e 90 dias a título “gracioso”, de 12/01/2025 a 11/04/2025; -----

O adjudicatário não conseguiu terminar os trabalhos no prazo adicional que lhe foi concedido; -----

O adjudicatário apresentou novo pedido de prorrogação de prazo por mais 150 dias a título legal, em anexo; -----

Após análise do novo pedido de prorrogação de prazo solicitado pelo adjudicatário e das razões apontadas para o incumprimento do prazo anteriormente concedido, julga-se que esse incumprimento é-lhe na sua maior parte imputável, nomeadamente, devido ao facto de não ter conseguido adquirir atempadamente materiais necessários para dar continuidade aos trabalhos da empreitada; -----



A entidade adjudicante demorou algum tempo na aprovação de alguns trabalhos complementares o que também provocou algum atraso na execução dos mesmos, embora insignificante face ao atraso provocado por razões imputáveis ao adjudicatário; -----

Propõe-se: -----

Que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a prorrogação do prazo de 150 dias para a conclusão da empreitada de “Recuperação da Chaminé da Mundet”, passando a conclusão da mesma a ficar prevista para 08 de setembro de 2025, sem quaisquer encargos financeiros, ou outros, para ambas as partes. -----

2. Que a presente deliberação seja publicitada, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, referiu: “Não temos qualquer objeção à aprovação desta questão. No entanto, há um ponto dos trabalhos a mais, aqui referido na proposta de prorrogação do prazo que nos levanta dúvidas, especificamente, a necessidade de realizar escavações suplementares na base da chaminé para aferir as condições estruturais e a resistência das fundações. Isto é, claramente, uma das primeiras coisas que deve ser feita numa estrutura deste tipo. Não percebo como é que esta verificação só agora surge nesta fase é a coisa mais básica que há, quando falamos de uma chaminé. A primeira coisa que se deve verificar é se a estrutura está em condições, isso deve ser feito antes mesmo de iniciar qualquer obra é o que dita a boa prática na realização deste tipo de trabalhos. Se estamos a intervir numa chaminé e a base não está em boas condições, então estamos apenas a reparar algo que pode acabar por ruir, o que não faz sentido nenhum. Esta devia ter sido a primeira verificação feita. Ainda assim, iremos aprovar esta prorrogação do prazo, para que a chaminé possa ser concluída o mais rapidamente possível.”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, informou: “Relativamente à questão que foi colocada, importa referir que isto já foi aprovado anteriormente como trabalhos a mais, numa outra proposta. Provavelmente, durante a execução da obra, verificou-se que seria necessário fazer algumas correções na base da chaminé, razão pela qual surgiram esses trabalhos adicionais. Agora, está-se a proceder à prorrogação do prazo, com base nas justificações apresentadas e constantes no anexo à proposta.”. -----



O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse: “Relativamente a esta proposta, devo dizer que não sou Engenheiro, nem Arquiteto, percebo pouco de obras e, por isso, não consigo avaliar o mérito técnico ou os custos desta intervenção. No entanto, há algo que consigo avaliar: considero que esta obra é importante. Esta intervenção preserva parte do património industrial do Montijo, e só por isso já tem valor. Tenho sido bastante crítica da Câmara Municipal, liderada pelo Partido Socialista, porque, ao longo de vários mandatos, temos assistido ao desperdício de milhões de euros em iniciativas que, na minha opinião, são irrelevantes para os reais interesses da comunidade, mas esta obra, sim, é relevante e importante. Lamento apenas que, neste setor em que tantas gerações de montijenses estiveram ligadas à indústria cerâmica, não tenhamos preservado mais do nosso património industrial, nomeadamente maquinaria e elementos das antigas olarias do Montijo, que, tanto quanto sei, se perderam quase por completo. É verdade, e faço aqui um reconhecimento justo, que havia também património relacionado com a indústria corticeira, e que as chaminés funcionavam de forma semelhante em ambos os casos. Agradeço a correção. Mas a verdade é que perdemos grande parte do nosso património industrial: máquinas, utensílios e estruturas. Pelo menos, com esta obra, ainda se salva algo. É importante preservar este tipo de legado, e esta medida vai nesse sentido, por isso, é uma decisão acertada. É possível que estejamos a derrapar um pouco no orçamento, mas, sejamos realistas, não há obra em Portugal que não tenha trabalhos a mais.”. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1542/2025 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE REMOÇÃO E PARQUEAMENTO -----

Considerando que: -----

O proprietário da viatura marca Opel Corsa, com a matrícula PX-21-51, o senhor _____, recolhida pela Câmara Municipal no âmbito do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados, (RMRVA) solicitou o levantamento da viatura sem o pagamento de quaisquer encargos; - A viatura de marca Opel Corsa de matrícula PX-21-51, foi removido da via Pública no dia 24 de agosto de 2022; -----

Foi notificado o proprietário através do ofício n.º 355961 DOSUA/CB de 31 de agosto de 2022, constatando-se que o ofício veio devolvido, foi elaborado o Edital n.º 200/2022 do dia 20 de setembro de 2022 referente ao artigo 9.º do RMRVA. -----

Não existindo resposta por parte do proprietário; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Remo

Livro 34
Folha 277

No dia 1 de março de 2023 foi elaborado o Edital n.º 63/2023 do artigo 13.º do RMRVA. Tendo a viatura sido considerada abandonada e adquirida por ocupação pelo Estado ou pela Autarquia local. -----

Foram efetuados ofícios às entidades policiais em 12 de junho de 2023, vindo a GNR informar através do email n.º EO95218-202306-cter Setúbal, que a viatura havia sido furtada tendo um pedido de apreensão, foi solicitada a essa entidade policial informação sobre a morada atual do proprietário. -----

Face ao exposto com a informação rececionada foi notificado o proprietário para conhecimento do paradeiro da viatura, não se vislumbra legitimidade por parte da Câmara Municipal, para adquirir o veículo, ao abrigo do RMRVA devendo ser reposta a situação e o veículo devolvido ao respetivo proprietário. Sobre o pagamento das taxas correspondentes à remoção e estacionamento, perante a situação apresentada que se qualifica como atípica e não regulamentada, sempre se dirá o seguinte: -----

Nos termos do disposto no número 5 do artigo 5.º do Regulamento de Cobrança e tabela, em vigor, que regulamenta as isenções, estão isentas de taxas, quaisquer outras pessoas, coletivas ou singulares, ou outras pretensões, por deliberação da Câmara Municipal. -----

No mesmo sentido, o artigo 23.º do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados, dispõe que os casos omissos serão resolvidos mediante apreciação da Câmara Municipal. -----

De acordo com supracitado, e tendo o senhor

Mainha, efetuado todos os tramites legais para recuperação da viatura, ou designadamente: -----

A viatura em causa foi furtada, tendo sido apresentada queixa na PSP de Almada no dia 12 de outubro de 2021, dando origem ao processo n.º 001567/21.5 PAALM. -----

Ora com a aplicação das taxas sobre o período de tempo incorrido, vem o proprietário alegar, que desconhecia que a viatura havia sido rebocada e que se encontrava nas instalações da Câmara Municipal de Montijo, que o montante é de todo desproporcional, até mesmo comparativamente ao valor da viatura e ao estado em que a mesma se encontra. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a isenção do pagamento das taxas de remoção e estacionamento da viatura marca Opel Corsa, com a matrícula PX-21-51, pertencente ao senhor l. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----



III - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2- PROPOSTA N.º 1543/2025 - CRIAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE ENSINO NO ANO LETIVO 2025/26, COM TIPOLOGIA DE QUATRO SALAS DE 1º CICLO E 3 SALAS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DESIGNADO EB MONTIJO ORIENTE

CONSIDERANDO QUE:

Nos últimos anos, tem-se vindo a registar em Portugal um aumento de cidadãos estrangeiros que procuram criar novos projetos de vida, com impacto significativo no saldo migratório do país. Este panorama tem-se verificado, de forma acentuada, na Área Metropolitana de Lisboa e, de forma muito acentuada, no município de Montijo.

O referido saldo migratório tem tido forte impacto na rede educativa nacional e, em particular, na rede educativa do concelho de Montijo, com elevada procura dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do município.

Esta realidade determinou que, nos últimos anos letivos, se tenha verificado um aumento do número de alunos e de turmas em todos os níveis de ensino nas escolas do município.

A acrescer a esta realidade, tem vindo a verificar-se também um aumento do número de alunos com necessidades educativas específicas, os quais determinam uma redução do número de efetivos nas turmas em que estão integrados.

O aumento do fluxo migratório e o aumento do número de alunos com necessidades específicas conduziram a que, no presente ano letivo 2024/25, 33,33% das turmas constituídas nas escolas do município se encontram em situação de supranumerário, com a devida autorização da Direção Regional dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Numa reunião promovida pela DGEstE, com a Câmara Municipal de Montijo e com as Direções dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada do município, a Equipa da Rede Escolar da Direção de Serviços de Lisboa e Vale do Tejo procedeu à apresentação do documento relativo à Rede Escolar - Projeção para 2025-2026, do qual se destacam os seguintes pontos:

- Ao nível da educação pré-escolar, verifica-se que 64,29% dos grupos têm efetivo reduzido pela inclusão de alunos com necessidades específicas e 16,67% dos grupos encontram-se em situação de supranumerário. Para além disso, no presente ano letivo, registou-se uma entrada muito pouco expressiva de crianças com 3 anos de idade na educação pré-escolar da rede pública do município (apenas foram acolhidas 55 crianças, a maior parte integradas em escolas do Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro).



- Ao nível do 1º ciclo do ensino básico, verifica-se que 53,15% das turmas têm efetivo reduzido pela inclusão de alunos com necessidades específicas e 38,74% das turmas encontram-se em situação de supranumerário. -----

Das crianças que se encontram atualmente a frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, 633 transitarão para o 1º ano de escolaridade no próximo ano letivo. Como a capacidade instalada permitirá a constituição de 24 turmas deste último ano de escolaridade, não será possível acolher a totalidade das crianças provenientes da educação pré-escolar da rede pública, situação que se acentuará pela necessidade de integração das crianças que transitarão da educação pré-escolar das redes particular solidária e privada. -----

Para resolução desta situação e para dar resposta às necessidades da procura, será necessário que, no próximo ano letivo, sejam criadas mais três / quatro turmas daquele nível de ensino. -----

A reativação do regime de horário duplo não constitui opção, por força do impacto e consequências para as famílias que teriam dificuldades em conciliar o horário escolar dos educandos com a vida profissional. Para o efeito, teriam de recorrer a serviços externos pagos, sendo que muitas poderiam não ter possibilidade de o fazer. Para além disso, a dinamização das atividades de enriquecimento curricular nas escolas que adotassem o referido horário não seria possível. -----

- Ao nível do 2º ciclo do ensino básico, para além da existência de 68,52% de turmas com número de efetivos reduzido, e apesar do investimento da Autarquia na colocação de construções modulares nos últimos dois anos letivos, verifica-se que 22,22% das turmas se encontram em situação de supranumerário. -----

- No 3º ciclo de do ensino básico, verifica-se que 54,55% das turmas se encontram com número de efetivos reduzido e que 23,86% estão em situação de supranumerário. -----

- No ensino secundário, 15,91% das turmas têm número de efetivos reduzido e 15,91% encontram-se em situação de supranumerário. -----

Nestes dois últimos níveis de ensino, verifica-se a necessidade de criação de mais três turmas no ano letivo 2025/26 (duas no 3º ciclo e um ensino secundário), sendo possível dar-lhe resposta com recurso a instalações próprias dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da ES com 3º ciclo Poeta Joaquim Serra e da ES com 3º ciclo Jorge Peixinho. -----

PROPONHO a V. Exas. a criação de um estabelecimento de ensino com tipologia de quatro salas de 1º ciclo e 3 salas de educação pré-escolar, designado EB Montijo Oriente (designação baseada no critério de localização), o qual



funcionará em construções modulares a implantar, até ao próximo dia 31 de agosto, num terreno municipal sito na R. Gomes Eanes de Azurara. Às referidas salas de aulas e de atividades, acrescentar-se-á a sala para as atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar, a sala polivalente, a sala de professores, os gabinetes de apoio e atendimento, a copa e a sala de refeições. Este novo estabelecimento de ensino ficará integrado no Agrupamento de Escolas de Montijo, porquanto o Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra já se encontra muito pressionado e com um número de alunos muito elevado, situação que não se revela compatível com o desejável funcionamento dos respetivos serviços. -----

Esta proposta foi apreciada pelo Conselho Municipal de Educação de Montijo, em reunião realizada no passado dia 28 de abril, e mereceu o parecer favorável deste Órgão, por unanimidade. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, informou: “Todos os anos, a Câmara Municipal e o Ministério da Educação reúnem-se para planear a rede escolar para o ano letivo seguinte. À semelhança do que aconteceu no ano anterior, verifica-se, mais uma vez, um grande aumento no número de alunos no concelho do Montijo. Esse crescimento pode ser observado na proposta que foi distribuída aos senhores Vereadores, atualmente, 53% das turmas têm número reduzido de alunos, devido à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Além disso, 38,74% das turmas estão em regime de supranumerário, ou seja, ultrapassam o número legal de alunos por turma. Isto ocorre porque o Ministério da Educação não tem alternativas para os colocar, sendo uma solução de natureza administrativa. Face a este constrangimento, uma das soluções possíveis seria o regresso ao regime de duplo turno, aulas de manhã e à tarde, o que, para nós, está completamente fora de questão. Isso representaria um retrocesso no modelo de escola a tempo inteiro, que defendemos e promovemos, com uma abordagem abrangente e com apoio às famílias, tanto no pré-escolar como no primeiro ciclo, incluindo as Atividades de Enriquecimento Curricular. Neste contexto, a câmara propôs ao Ministério da Educação e aos agrupamentos de escolas a construção de um novo estabelecimento de ensino, em edifícios modulares, num terreno municipal localizado na Rua Gomes Eanes de Azurara, no bairro do Esteval. A nova escola contará com três salas para a educação pré-escolar e quatro salas para o primeiro ciclo, bem como instalações sanitárias, copa e refeitório. A proposta foi aceite pelos agrupamentos de escolas e recebeu parecer positivo do Conselho Municipal de Educação. Surgiu, no entanto, outro desafio: esta zona pertence, atualmente, à área de influência pedagógica do Agrupamento



de Escolas Poeta Joaquim Serra, que já não tem capacidade para acolher mais alunos. Assim, propomos a alteração da rede escolar, integrando esta zona no Agrupamento de Escolas de Montijo, que poderá acolher a nova escola. A escola será designada como Escola Básica do Oriente, porque o nome das escolas é escolhido pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Montijo.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos quanto à localização da Rua Gomes Eanes de Azurara, onde se prevê a instalação da nova escola modular. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou que a Rua Gomes Eanes de Azurara se localiza na Circular Externa. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, questionou qual o orçamento estimado para a construção da nova escola e de que forma será financiada, perguntando ainda se, sendo a construção realizada em módulos, se trata de um modelo de aquisição ou de arrendamento e como funcionará esse processo. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou que, neste momento, estão a avaliar os custos das duas opções, entre o aluguer ou aquisição dos módulos. Informou ainda que estão a pedir orçamentos para tomar uma decisão informada. Adicionalmente, mesmo que a escola não tenha continuidade como unidade definitiva, os módulos continuarão a ser úteis. Assim, solicitaram orçamentos para avaliar o que será feito. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu que ainda não há um orçamento definido, nem se sabe se a construção será feita por compra ou arrendamento. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou que a decisão será tomada assim que os valores forem recebidos. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, questionou sobre a comparticipação neste investimento, nomeadamente o modelo de financiamento previsto. Perguntou ainda, caso a opção seja pela compra, a quem caberá o encargo e se haverá algum apoio por parte do Ministério da Educação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou: “A comparticipação será totalmente da Câmara Municipal. O Ministério da Educação não participa, nem tem de participar, porque o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo são da inteira responsabilidade da Câmara. Esta não é uma questão de transferência de competências.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, questionou se não existe a possibilidade de apresentação de candidaturas a fundos comunitários para este tipo de investimento. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou que, neste momento, não existe a possibilidade de candidaturas a fundos comunitários. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu que este investimento será totalmente financiado pelo orçamento municipal, para que não restem dúvidas. Embora as competências sejam da Câmara Municipal, isso não significa que não possa haver participação do Ministério da Educação, pois já foi possível em outras situações. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, referiu que já têm existido outras candidaturas apresentadas nestes termos. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse: “Gostava de dar um aspeto, porque não tive oportunidade de ver bem na proposta, porque ela foi entregue agora, mas há uma questão que gostaria também de esclarecer aqui, até para memória futura. O seguinte: diz a proposta que nós temos uma enorme pressão migratória no concelho do Montijo, e isso, aliás, é do conhecimento público e nós temos essa pressão atual e já temos turmas em que a maioria dos alunos são estrangeiros de várias nacionalidades, aliás, dezenas de nacionalidades.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, referiu que a primeira nacionalidade em massa no concelho do Montijo é a brasileira, seguida pelos cidadãos provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, ainda no uso da palavra, disse: “Gostava de esclarecer aqui uma coisa que é importante dizer às pessoas, porque nós também temos a obrigação de esclarecer e não entrar sempre naquelas conversas que parece que tudo faz muito sentido. Quando se diz que o fluxo migratório para Portugal é claramente positivo em termos orçamentais. Isto



denota uma literacia significativa das pessoas que estão a falar, designadamente nos partidos e nas televisões. E isto porquê? Porque, se olharmos na perspetiva puramente orçamental, não estou a falar do fator humano, nem das vantagens das migrações, não é disso que estou a falar, estou a falar, usando o argumento que se utiliza recorrentemente nas televisões, nos debates entre várias pessoas, politólogos, comentadores políticos, ex-políticos, o que quiserem chamar, diz-se recorrentemente que o saldo orçamental é claramente positivo, designadamente por causa dos fluxos da Segurança Social. Esquecem-se do resto. Esquecem-se de que, na ótica puramente orçamental, quer do orçamento do governo, quer das Câmaras Municipais, há investimentos públicos que têm de ser feitos, que têm um custo orçamental. Quando dizemos que só contabilizamos, no orçamento, aquilo que é a receita para a Segurança Social, que são 11% dos trabalhadores, aquilo que descontam, esquecem-se de falar do custo sobre os serviços públicos. Designadamente, estou a falar do aspeto orçamental, nos setores da educação, da saúde e em todos os serviços públicos em geral, mas particularmente na educação e na saúde. Ora, a Câmara Municipal de Montijo irá investir, e estamos a falar seguramente em centenas de milhares de euros, digo assim por baixo, centenas de milhares de euros, para criar salas de aula que foram forçadas a ser criadas, resultado principalmente do processo migratório. Portanto, é assim que nós temos que falar às pessoas, de uma forma rigorosa. Já não estou a falar dos impactos futuros na Segurança Social, das pessoas que vão ter de receber as reformas mais à frente, porque estas contas têm de ser feitas, não é só de agora, é em termos futuros, temos de projetar as contas. Aqui está um exemplo, em que, na perspetiva orçamental, não estou a discutir mais nada, apenas a perspetiva puramente orçamental, o fluxo migratório tem um impacto significativo nas contas municipais e nas contas gerais do Estado. Por isso, quando dizem que o saldo é positivo, estão a demonstrar uma literacia económica significativa, porque nós temos de olhar para todo o quadro, e o quadro inclui o impacto na educação e o impacto na saúde, isto sob o ponto de vista orçamental. Não estou a falar se há mérito nas imigrações ou não, não é disso que estou a falar, estou a falar do argumento que recorrentemente o Partido Socialista e as esquerdas usam relativamente a isto, esquecem-se de falar disto. Agora, vamos investir, essencialmente, é o que diz a proposta, por causa da pressão migratória. Portanto, eu sugeria aos senhores que falam na televisão e que, designadamente, falam nestas questões, que estudassem um bocadinho mais, verificassem estas coisas e tivessem mais honestidade intelectual quando falam nestes assuntos, falta aqui honestidade intelectual sobre esta matéria. Podemos ter todas as opiniões sobre a imigração, mas não nos venham dizer



que o saldo é positivo com base apenas na receita que entra na Segurança Social. Temos de olhar para toda a pressão sobre a despesa dos serviços públicos que temos, de norte a sul do país, nas Câmaras Municipais e no orçamento do governo. A maior parte da imigração em Portugal, infelizmente, é uma imigração de salários baixos. Porquê? Porque vem essencialmente para a agricultura, essencialmente para a hotelaria, onde se pagam salários baixos. Digo isto, infelizmente, não é toda assim, estou a falar do grosso. Se analisarmos o impacto do ponto de vista puramente orçamental, seja português, seja imigrante, uma pessoa que ganha o salário mínimo nacional ou pouco mais do que isso, sob o ponto de vista orçamental, infelizmente, não há estudos em Portugal sobre isto, tenho grandes dúvidas de que seja positivo essa relação, sob o ponto de vista orçamental. Quem desconta sobre o salário mínimo nacional não desconta o suficiente para suprir as necessidades que cria sobre os serviços públicos. Quem suporta os serviços públicos são as pessoas da classe média e média-alta, que pagam grandes quantidades de impostos, são estas pessoas que os suportam. O que estamos a fazer é enganar as pessoas, propositadamente, dizendo que o saldo é positivo quando se percebe, à saciedade, e esta proposta é clara e vem nesse sentido, que se fizermos bem as contas, os custos de trazer imigrantes a ganhar o salário mínimo nacional, sob o ponto de vista orçamental, são hoje, e no futuro ainda mais, claramente negativos para o país, sob o ponto de vista orçamental.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Temos que olhar para isto de uma forma integrada, porque o trabalhador desconta 11%, mas o empregador, com a riqueza que o trabalhador criou, paga mais 24%. O senhor deve ter alguma literacia relativamente a isso. Depois, há outra coisa: temos que considerar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pois esses trabalhadores geram muito dinheiro para os empresários, ou seja, as chamadas mais-valias, esses ganhos vão para os empresários, e o senhor está-se a desligar disso. É verdade que o saldo da Segurança Social hoje está equilibrado, devido até às receitas que temos tido com os imigrantes, mas temos que ver isto no contexto geral. Se não fossem eles a fazer esses trabalhos, se calhar o nosso Produto Interno Bruto crescia zero, hoje temos taxas de crescimento até acima da média da Europa. O senhor tem que olhar para a economia na sua totalidade e não olhar para a economia só com um olho. Portanto, quando o senhor diz que existe iliteracia financeira relativamente às pessoas que estão aqui, não, o senhor é que tem que aprender um bocadinho de economia e de finanças.”. -

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, referiu: “Aprendi orçamento com o professor Albano Santos, que era redator de contas do professor Cavaco Silva, e sem



dúvida que uma das coisas que eu aprendi é que, quando olhamos para o orçamento, temos que olhar para as pessoas e o orçamento é feito de pessoas para pessoas. As pessoas, de facto, vêm aqui trabalhar, integraram-se, trouxeram os filhos, criaram uma pressão sobre o sistema. É verdade que, não podemos nunca, não é honesto intelectualmente, dizer que é só orçamento, só orçamento, não, não é. Porque, daqui a cinco anos, se essas pessoas estiverem cá ainda a trabalhar connosco e fizerem essa pressão sobre o sistema de ensino e essa pressão sobre o sistema orçamental, terão trazido tudo o resto que, neste momento, a Europa não é capaz de dar. Que são os filhos, não é capaz, não consegue tomar a decisão de ter filhos. Por sua vez, essas pessoas conseguem integrar-se e, concordo absolutamente, que vêm ganhar muito mal, deviam ganhar muito mais. E sim, são exploradas, e nós estamos aqui para acolher, e o acolhimento tem preço, mas o valor que elas vão gerar, em termos de mão de obra e produção, não paga as condições em que muitos, neste momento, estão a viver, nomeadamente na zona de Canha e na zona de Pegões.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse: “Tive o cuidado de dizer que estava a falar do ponto de vista puramente orçamental. Só do ponto de vista orçamental, que é o argumento que se aplica recorrentemente em termos de debate público. Portanto, isso, eu apenas me limitei a essa questão. Não falei do produto interno bruto, não falei nisso, mas podia falar, e posso dizer também que há um conceito na economia que é o conceito da produtividade. A produtividade é aquilo que cada um de nós consegue produzir num determinado período de tempo e estas pessoas, que são normalmente não qualificadas, quer em Portugal, quer em qualquer outro lugar do mundo, têm baixíssimos níveis de produtividade que é um dos problemas da economia portuguesa. Portanto, o que os senhores vereadores estão a falar é misturar conceitos, eu não estava a misturar conceitos. Não estava a falar sequer no aspeto humano, não estava a falar do aspeto social, não estava a falar do aspeto de outros fatores económicos, não estava a falar sequer da produtividade, não estava a falar do Produto Interno Bruto. Estava a falar da relação puramente orçamental, que é o orçamento, que é vulgarmente o argumento que se usa. Portanto, estas contas têm que ser bem feitas, tem que se ver qual é o impacto que a imigração tem sobre o orçamento e sobre todos os setores e todas as variáveis económicas. Portanto, eu sei que isso vos perturba, eu dizer isto, a algumas pessoas, mas, peço desculpa, mas é mesmo assim. Não misturo conceitos humanos, estou a falar agora do outro critério, que é a questão puramente orçamental. Gostem ou não gostem, ninguém fala disto, não querem falar nestas coisas.”. -----



O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, afirmou: “Essas pessoas não pagam impostos, não criam mais receita para o Estado? O senhor está-se a esquecer disso, de certeza. Pois é, é iliteracia financeira.”. -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, disse: “Antes de até tomar posse, lembro-me de reunir com uma empresa também aqui da nossa zona, que integrava pessoas exatamente da área do continente Asiático. Curiosamente, tiveram uma grande surpresa, porque um dos trabalhadores, na apanha da hortense, deu-lhes excelentes sugestões sobre a forma de produção e sobre a forma da apanha. E o que é que o senhor, que é um patrão local aqui da nossa zona, descobriu? Que aquela pessoa era um engenheiro e, afinal, nem todos têm baixas qualificações. O que é que decidiu? Vou integrá-lo nos meus quadros, vou utilizar as suas sugestões, e essa pessoa, neste momento, inclusivamente, já tem a sua família no Montijo.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “Esta proposta deu origem a uma discussão interessante, obviamente, cada um tem o seu ponto de vista sobre estas temáticas. Nós, enquanto decisores políticos, temos a responsabilidade de encontrar respostas para os problemas que temos no concelho, e a Área Metropolitana de Lisboa, e o Montijo não foge a esta regra, o concelho tem uma pressão de imigrantes. Esta pressão reflete-se na vivência diária e coletiva, como é o caso das freguesias de Canha e Santo Isidro, e tem depois a sua repercussão ao nível da saúde e da educação. Esta proposta visa encontrar respostas, obviamente, não só para estes alunos, porque todos os dias estão a inscrever-se novos alunos nos nossos agrupamentos de escolas. A escola pública deve dar a melhor resposta a todas e a todos, e é isso que, enquanto decisores políticos, nos compete fazer. Por isso, esta proposta visa dar resposta aos alunos e às alunas que diariamente chegam ao nosso concelho e que têm que ser integrados nos diferentes graus de ensino.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Esta intervenção do Vereador João Afonso, tentando de alguma forma justificar que não está a querer levar o problema para a questão da imigração, vem aqui com uma pura demagogia, que é tentar isolar algo que não é isolável, não se pode, obviamente, dissociar uma coisa da outra. Já foi dito aqui que, é verdade, a questão dos imigrantes contribui também para o orçamento. Mesmo que tente isolar isso, o orçamento também tem o contributo dos imigrantes. Não repetindo isso, gostaria de dizer o seguinte sobre a intervenção que fez: depois tentou dizer “eu não falei das pessoas. É só do ponto de vista orçamental.”, quase que estava a tecer pessoas a pessoa e no fundo a querer nos dizer que que a lógica é a do utilizador-pagador, ou seja, as pessoas vêm para cá,



recebem muito mal, logo, não têm condições de pagar. Se não têm condições de pagar, não devem ter direito a aceder aos serviços. Esta é a lógica que sai deste discurso. Gostaria de lembrar que basta pensarmos em países como a França, o Luxemburgo ou a Alemanha, que cresceram tanto economicamente, à base de quê? Dos imigrantes, incluindo muitos da imigração portuguesa, que foram para aqueles países e ajudaram aqueles países a crescer, até a nível orçamental.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, afirmou que o mais importante é saber receber os imigrantes com dignidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, interrompeu-se o período **Antes da ordem do Dia** e deu-se início ao período de **intervenção do público**, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A senhora munícipe **Ana Maia**, iniciou a sua intervenção referindo que esteve presente na última reunião da Câmara Municipal, em dezembro de dois mil e vinte e quatro, tendo voltado a comparecer devido à questão da habitação social, tema que considera não ter sido devidamente debatido nas reuniões subsequentes, às quais tem assistido regularmente. Recordou que, na referida reunião de dezembro, lhe foi comunicado que as inscrições para habitação social abririam em março de dois mil e vinte e cinco, o que, até à data da presente reunião, não se concretizou, sem que tenha sido prestada qualquer justificação por parte da autarquia. Manifestou preocupação face à ausência de informações concretas sobre a abertura de candidaturas e solicitou esclarecimentos quanto à existência de uma data definida para esse processo. Reforçou a urgência do tema, referindo a contínua subida dos preços da habitação e a sua situação pessoal. Por fim, questionou quais os critérios em vigor para a atribuição de habitação social, manifestando dúvidas sobre a sua aplicação equitativa e pedindo uma resposta clara por parte da Câmara quanto ao calendário e condições do concurso. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção da senhora munícipe e passou a palavra à Senhora Vereadora Marina Birrento para esclarecimentos. -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, saudou todos os presentes, incluindo os senhores Vereadores, funcionários e funcionárias da Câmara, os cidadãos presentes na sala, bem como os que acompanhavam a



reunião a partir de casa. Em resposta à intervenção da munícipe, informou que, de momento, ainda não existe uma data definida para a abertura do concurso para habitação social. Esclareceu que o regulamento aplicável às candidaturas se mantém inalterado e encontra-se disponível online. Relativamente ao motivo da ausência de data concreta, explicou que a autarquia pretende lançar a concurso com o maior número possível de habitações disponíveis. No entanto, indicou que o número atual de habitações é reduzido e que algumas das casas recentemente libertadas se encontram em obras de reabilitação. Aguardam, por isso, a conclusão dessas obras para poderem incluir tais habitações no concurso. Acrescentou que, embora não consiga indicar uma data exata, espera que o processo seja desencadeado em breve. Recomendou a consulta do regulamento da habitação social, ressaltando que os critérios poderão estar disponíveis apenas no momento da abertura formal do concurso. Salientou as dificuldades inerentes aos procedimentos de contratação pública, sublinhando que, apesar de parecerem simples, os processos de adjudicação de obras e reabilitação habitacional são morosos e muitas vezes imprevisíveis. Por este motivo, considerou mais responsável não avançar com prazos específicos para a abertura do concurso, evitando criar expectativas desajustadas. Concluiu reafirmando que estão a ser feitos todos os esforços por parte da autarquia para que o concurso possa ser aberto brevemente. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, esclareceu que um dos principais obstáculos no âmbito da habitação social reside no estado em que muitas habitações são devolvidas pelos anteriores inquilinos. Referiu que, frequentemente, as casas são deixadas em condições lastimáveis, o que obriga a câmara a iniciar procedimentos de contratação para obras de reabilitação, processos esses que são, por natureza, morosos. Explicou que, com o objetivo de tornar esses processos mais eficientes, a autarquia tenta agrupar o maior número possível de habitações num só procedimento, permitindo assim uma gestão mais eficaz dos recursos e dos prazos. Acrescentou que existe um regulamento municipal que prevê o apoio à renda, medida que poderá ser considerada pelos munícipes enquanto aguardam pela abertura do concurso de habitação social, dependendo, no entanto, da avaliação dos rendimentos de cada agregado familiar. Sublinhou que, embora compreenda a urgência da situação, é difícil apontar uma data concreta para a abertura de candidaturas. Contudo, assegurou que assim que existirem habitações disponíveis, mesmo que ainda em fase final de obras, os procedimentos serão iniciados, permitindo a atribuição das casas à medida que forem concluídas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34
Folha 283

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de outubro de 2021, titulada pela Proposta n.º 01/2021, tendo para o efeito sido assinadas pela Senhora Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, a Senhora **Presidente da Câmara Municipal** declarou encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, *Patrícia Alexandra da Silva Tomé*, Assistente Técnica da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino.-----

-----A Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Maria Clara Silva -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o acordo ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.

